



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Ciências Sociais  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Pedro Paulo Santoro Weissenberg

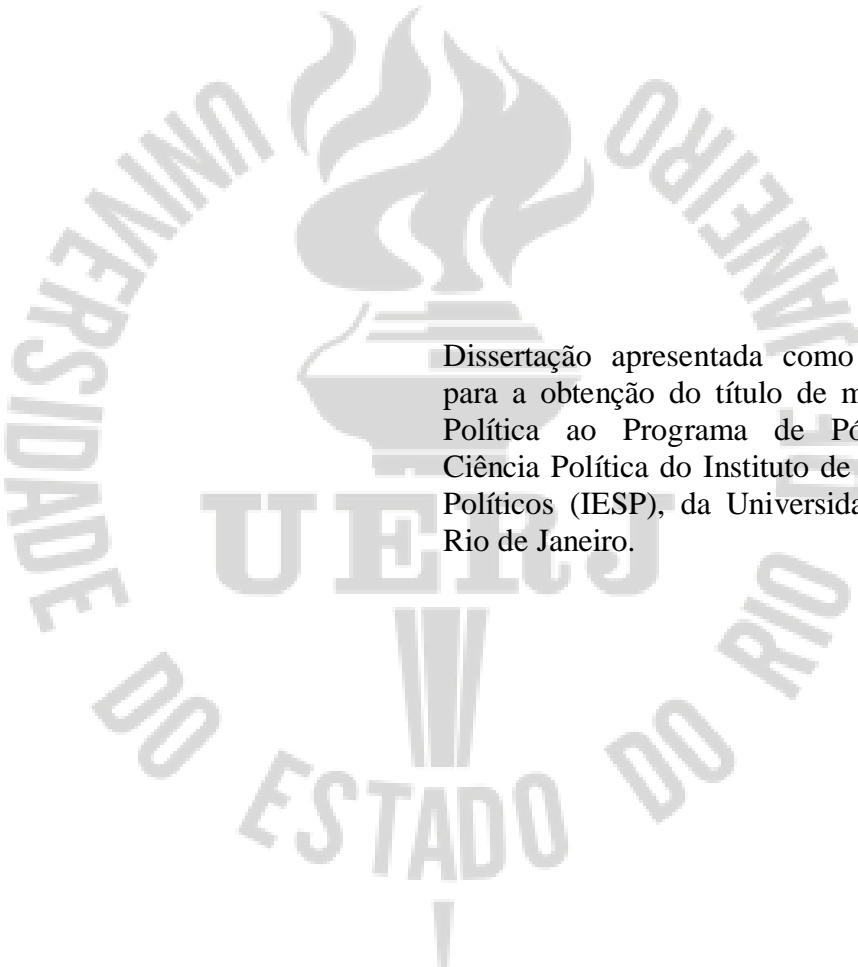
**Os evangélicos na Câmara dos Deputados: uma análise quantitativa dos  
seus discursos (2007 – 2021)**

Rio de Janeiro

2022

Pedro Paulo Santoro Weissenberg

**Os evangélicos na Câmara dos Deputados: uma análise quantitativa dos seus discursos  
(2007 – 2021)**



Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciência Política ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Santos

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

W433 Weissenberg, Pedro Paulo Santoro.  
Os evangélicos na Câmara dos Deputados: uma análise quantitativa dos seus discursos (2007 – 2021) / Pedro Paulo Santoro Weissenberg. – 2022. 68f.: il.

Orientador: Fabiano Guilherme Mendes dos Santos  
Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Religião e política – Brasil – Teses. 2. Evangelismo – Brasil – Teses. 3. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados – Teses. I. Santos, Fabiano Guilherme Mendes dos. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 2:32(81)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Pedro Paulo Santoro Weissenberg

**Os evangélicos na Câmara dos Deputados: uma análise quantitativa dos seus discursos  
(2007 – 2021)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciência Política ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 14 de dezembro de 2022.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Fabiano Guilherme Mendes dos Santos (Orientador)  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

---

Prof. Dr. João Feres Júnior  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

---

Prof. Dr. Davi Cordeiro Moreira  
Universidade Federal de Pernambuco

Rio de Janeiro

2022

## DEDICATÓRIA

À todos os que eu nunca me arrependi de dizer que amo, e à todos os que eu me arrependi de nunca ter dito.

## AGRADECIMENTOS

À minha família, que sempre me apoiou em todas as escolhas que fiz, e que construiu as pontes pelas quais pude cruzar abismos para seguir meus sonhos. Meus pais, avós, tios, irmão e primos são os responsáveis pelas minhas alegrias e acertos e pelo meu orgulho e força.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de fomento à pesquisa, que possibilitou a minha dedicação exclusiva à esta dissertação.

Ao meu orientador Fabiano Santos, que me conduziu durante esses dois anos dentro da academia, mas também me ajudando a pensar quais seriam minhas opções de vida quando minha estada no mestrado, dentro do Instituto terminasse.

Ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos, cujos quadros docente e discente são de excelência. Estar próximo a colegas tão inteligentes me estimulou a pensar, e ter contato com professores que norteiam a pesquisa, em suas respectivas áreas, no Brasil, me maravilhou de uma forma que jamais tinha acontecido. Foi um prazer imenso ter feito parte dessa comunidade.

Aos amigos que fiz dentro do Instituto, Guilherme Pires de Mello, Marcelo Reis Filho, Izabelle Camacho, Gabriel Guimarães e Matheus Pestana, e aos meus amigos de sempre, Alexandre Arnaud, Joyce Müller, Karina Hajdu, Lucas Pavanelli e Marcelo Kogut, além da Sari, que conseguiram me fazer não pensar em política durante breves períodos de tempo.

Todos os aqui citados me inspiraram e me inspiram muito, todos os dias. A felicidade deles é, também, a minha. Muito obrigado.

## RESUMO

WEISSENBERG, Pedro Paulo Santoro. *Os evangélicos na Câmara dos Deputados: uma análise quantitativa dos seus discursos (2007 – 2021)*. 2022. 68f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Este trabalho analisa a heterogeneidade dos discursos dos deputados federais entre 2007 e 2021, com foco naqueles identificados como evangélicos. Os parlamentares foram subdivididos entre não-evangélicos, fiéis e membros do clero da Igreja Universal do Reino de Deus, da Assembleia de Deus, de outras igrejas pentecostais e de igrejas evangélicas históricas. Foram considerados um total de mais de 202 mil discursos feitos em plenário durante o intervalo temporal e, a partir deles, pôde-se identificar se, e quais, grupos de evangélicos trazem temáticas religiosas em seus discursos, se falam mais sobre meritocracia e se são mais conservadores, no espectro do punitivismo. Pôde-se, também, averiguar se a Câmara se tornou mais conservadora em meados da década de 2010, um processo supostamente liderado pelos evangélicos. Além disso, os grupos tiveram sua atuação comparada, no espectro esquerda-direita, com partidos políticos. Os resultados mostram que o clero das igrejas utiliza mais linguagem religiosa em seus discursos mais frequentemente que fiéis das mesmas igrejas, e que estes se sobrepõem aos deputados não-evangélicos no tema. Contra o que a literatura indica, não se constatou que evangélicos são mais meritocráticos do que não-evangélicos. No tema do punitivismo, os resultados mostraram que a maioria dos grupos de evangélicos são mais punitivistas que os não-evangélicos. O trabalho constatou, também, que uma onda conservadora parcial foi liderada pelos pastores-deputados entre 2011 e 2014. Além disso, foi identificado que a utilização da Frente Parlamentar Evangélica como sinônimo de deputados evangélicos não é acurada. Por fim, no espectro esquerda-direita, a maioria dos grupos evangélicos foi enquadrado como sendo de centro ou do “centrão”.

Palavras-chave: Discursos parlamentares. Evangélicos. Conservadorismo

## ABSTRACT

WEISSENBERG, Pedro Paulo Santoro. *The evangelicals on the Chamber of Deputies: a quantitative analysis about their speeches (2007 – 2021)*. 2022. 68f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

This work analyses the heterogeneity of the Brazilian federal deputies's speeches between 2007 and 2021, focusing on those who were identified as evangelicals. The deputies were subdivided among those non-evangelical, followers and clergy members of the Igreja Universal do Reino de Deus, Assembleia de Deus, other pentecostal churches and historical evangelical churches. More than 202 thousand speeches were analysed between the dates and, after that, it was possible to identify if, and wich, evangelical groups bring the religion theme on their speeches, if they talk more about meritocracy and if they are talk more about penal populism. Also, it was possible to find out if there was a movement toward the conservadorism on the Chamber during the mid-2010's, a process that was supposedly led by evangelical deputies. Futhermore, the groups had their legislative speeches compared to political parties. The results shows that the clergy's members uses religion words more frequently than the church's followers and this group, by itself, uses more than non-evangelical deputies. Contrary to what the literature indicates, there was no evidence that evangelical deputies are more in favor of the meritocracy than non-evangelicals. The results shows that evangelical deputies are more inclined to defend penal populism. Also, it was found a parcial conservadorism wave lead by the deputies who are clergy members of their churches. It was also noted that the usage of Frente Parlamentar Evangélica as synonym to evangelical deputies is not accurated. Finally, the majority of the groups had their speeches close to center and "centrão" policial parties.

Keywords: Parliamentary speeches. Evangelicals. Conservadorism



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 – Subgrupos de Evangélicos Estudados.....	12
Tabela 2 – Deputados por Grupo, em Cada Legislatura.....	32
Tabela 3 – Tabela Temática.....	36
Tabela 4 – Resultados da Metodologia da “Caixa Fechada” – Geral.....	44
Tabela 5 – Resultados da Metodologia da “Caixa Fechada” – Fiéis.....	46
Tabela 6 – Resultados da Metodologia da “Caixa Fechada” – Clero.....	48
Tabela 7 – Resultados da Metodologia da “Caixa Aberta” .....	50
Tabela 8 – Resultados da Metodologia da “Caixa Fechada” por Legislatura – Geral ...	57
Tabela 9 – Resultados da Metodologia da “Caixa Fechada” por Legislatura – Fiéis....	59
Tabela 10 – Resultados da Metodologia da “Caixa Fechada” por Legislatura – Clero..	60
Gráfico 1 – Espectro Político via <i>Wordscore</i> .....	52
Gráficos 2 – Evolução Anual dos Discursos de Temática Religiosa por Grupo.....	55

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Assembleia de Deus
CGADB	Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil
DEM	Democratas
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTN	Partido Trabalhista Nacional
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 DIFERENÇAS DOGMÁTICAS, ESTRUTURAIS E POLÍTICAS DA ASSEMBLEIA DE DEUS E DA UNIVERSAL.....	15
1.1 A Assembleia de Deus.....	15
1.2 A Universal do Reino de Deus.....	20
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: OS EVANGÉLICOS NO CONGRESSO...24	
3 BASE DE DADOS E METODOLOGIA.....	29
3.1 Análise de Discurso.....	33
3.1.2 <u>Enquadramento no Eixo Esquerda-Direita</u> .....	39
4 RESULTADOS.....	43
4.1 Discursos Temáticos.....	43
4.1.1 <u>Caixa Fechada</u> .....	43
4.1.2 <u>Caixa Aberta</u> .....	50
4.2 Espectro Político Esquerda-Direita.....	52
4.3 Onda Conservadora.....	55
4.4 Frente Parlamentar Evangélica.....	61
CONCLUSÃO.....	62
REFERÊNCIAS.....	64
APÊNDICE A – Registro da quantidade de discursos tratados após os ajustes.....	67
APÊNDICE B – Wordcore com PSOL como Referência.....	68

## INTRODUÇÃO

Essa dissertação analisa os discursos das deputadas e deputados federais evangélicos, subdivididos entre membros do clero ou fiéis das duas igrejas com maior representação na Câmara, Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e Assembleia de Deus (AD). Defino membro do clero como aquele político que exerce, ou exerceu, qualquer cargo dentro da hierarquia eclesiástica da igreja. Em contrapartida, os fiéis são definidos como aqueles que apenas frequentam as igrejas. A título de controle, além das duas igrejas, outros dois grupos também tiveram seus representantes na Câmara divididos entre fiéis e clero; igrejas pentecostais, que não IURD e AD, e igrejas históricas. Uma tabela no final desta seção ilustra as os grupos segregados. A divisão entre deputados que fazem parte do clero e aqueles que são fiéis de cada igreja é potencialmente inovadora para a literatura.

Buscou-se, então, identificar se os deputados vinculados a esses subgrupos de evangélicos utilizam do seu tempo como orador no plenário da Câmara dos Deputados, durante quatro legislaturas, para defender valores em seus discursos no sentido indicado pela literatura como cerne de sua atuação parlamentar, ou seja, discursos eivados de religião; em apologia ao esforço pessoal, decorrente de uma simpatia à doutrina neoliberal; e punitivista, denotando uma postura conservadora imanente. Ademais, com base nas falas, os subgrupos foram enquadrados no espaço ideológico esquerda-direita para identificar se existe um alinhamento de evangélicos com a direita política. Além disso, foi identificado se evangélicos fizeram parte de um processo de “*conservadorização*” da Câmara com início na década de 2010. Finalmente, foi possível comparar os resultados dos subgrupos com os da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), para entender se a Frente é uma boa *proxy* para evangélicos em geral.

Para tais análises, foram utilizadas metodologias disponíveis na literatura recente de ciência política, Izumi (2015), Moreira<sup>1</sup> (2016) e Izumi e Moreira (2018). Contribuição marginal foi feita na metodologia no sentido de aumentar o número de falas passíveis de exame, permitindo, assim, que todos os discursos dos deputados fossem incluídos no trabalho, e não apenas os proferidos em fases específicas da sessão plenária. Ainda com base na obra dos autores, pôde-se, através de *machine learning*, enquadrar os subgrupos de fiéis e clérigos

---

1 Também foi utilizado o trabalho em formato digital do autor, *Texto como Dado para Ciências Sociais: guia prático com aplicações*, disponível em <[https://bookdown.org/davi\\_moreira/txt4cs/](https://bookdown.org/davi_moreira/txt4cs/)> último acesso em: 28/10/2022.

no espectro esquerda-direita, comparando-os com os partidos políticos representativos na Câmara. As metodologias permitiram, então, testar algumas das afirmações feitas sobre o tema evangélico na ciência política e na sociologia política.

As hipóteses testadas tiveram como base a literatura sobre evangélicos. Martin (1995) afirma que uma percepção social ronda o grupo religioso desde antes deste se engajar ativamente na política, encarnada no ascetismo religioso, vale dizer, a disciplina e autocontrole do corpo e do espírito para se manter estritamente no caminho da vontade divina.

É possível pensar que se esse comportamento for levado à política, se traduziria em ativismo na direção de se restringir liberdades civis, por conta da submissão da moralidade pública a crenças religiosas inegociáveis. De fato, a literatura segue nesse caminho, e associa evangélicos com conservadorismo (DANTAS 2011, ALMEIDA 2017, GERSHON 2022, VALLE 2018). No âmbito da atividade legislativa, o padrão normalmente reconhecido pela literatura é o de um discurso imbuído de carga religiosa, conservador nos costumes e com uma visão neoliberal da economia, focando em méritos pessoais para conquista da prosperidade financeira. Comum também na literatura que se indique a existência de uma heterogeneidade dentro do grupo (ROCHA, SILVA e BARRETO, 2021), embora poucos trabalhos a explorem. Também é comum a associação de evangélicos com a Frente Parlamentar Evangélica (SERRANO, 2020), apesar de nem todos os membros desta serem, de fato, membros de igrejas sob esta denominação.

O capítulo Resultados apresenta a principal contribuição do trabalho. Encontrou-se que, de fato, a heterogeneidade é uma marca importante entre deputados evangélicos, tendo eles se alinhado, em geral, ao que é esperado pela literatura nos temas de religião e punitivismo. Contudo, o trabalho não constatou que os grupos evangélicos defendam mais o esforço pessoal, ponderando sua associação à doutrina neoliberal. Com relação ao espectro político, com base nos discursos em plenário, os grupos evangélicos foram enquadrados, na maior parte, entre centro e “centrão”, indicando que se comportam guiados pelas pautas mais centrais da conjuntura, e não como exclusivos defensores de seus assuntos de interesse. Sobre a onda conservadora, constatou-se efeito apenas parcial, tendo sido “puxada” principalmente por pastores-deputados nas temáticas religiosas e punitivistas. Por fim, os dados revelaram diferenças consistentes entre a FPE e os deputados efetivamente identificados como evangélicos.

No próximo capítulo será apresentada uma breve história da Universal e da Assembleia de Deus, como se inserem na política nacional, além de como a estrutura das duas igrejas se diferencia, o que implica dificuldade de se considerar ambas sob um mesmo manto. No seguinte, a revisão bibliográfica indicará o que a literatura aponta como importante com relação a atuação de evangélicos no Congresso. O desenho de pesquisa se encontra no capítulo de Metodologia e Base de Dados. Já os resultados estão presentes no capítulo que leva o mesmo nome. O trabalho é concluído com um balanço do que foi anteriormente apurado.

Tabela 1 - Subgrupos de evangélicos estudados

Fiéis	Clero
Assembleia de Deus	Assembleia de Deus
Igreja Universal do Reino de Deus	Igreja Universal do Reino de Deus
Outras Pentecostais	Outras Pentecostais
Igrejas Históricas	Igrejas Históricas

Legenda: Tabela 1 - Subgrupos de evangélicos estudados, divididos em coluna de fiéis e de clero.  
Fonte: O autor, 2022.

## **1 DIFERENÇAS DOGMÁTICAS, ESTRUTURAIS E POLÍTICAS DA ASSEMBLEIA DE DEUS E DA UNIVERSAL**

Neste capítulo, uma breve história da Assembleia de Deus e da Universal será contada, a fim de se mostrar como as igrejas se inserem na política nacional. Se buscará mostrar, principalmente, a importância de se considerar a heterogeneidade evangélica. O foco nas duas igrejas é dado por conta da sua maior relevância no Legislativo nacional, sendo esta medida pelo número de deputados eleitos. Um dos principais aprendizados extraídos desse histórico é o de se considerar que o evangelismo não é homogêneo, assim como sua inserção na política. Esse capítulo contrastará com o próximo, no qual a literatura apresentada não consegue lidar com essa heterogeneidade.

### **1.1 A Assembleia de Deus**

Fundada em 1910, a Assembleia de Deus fez parte do que Freston chamou de Primeira Onda do Pentecostalismo Brasileiro, da metade inicial do século passado (1993, p.64) e se estabeleceu, em princípio, no Pará. Missionários, que viriam fundar a Igreja, vieram de um grupo marginalizado de suecos, por isso, segundo o autor, não tinham dinheiro para criar uma igreja com instituições poderosas e livre de brigas (FRESTON, 1994, p. 79). Eles mostravam ideias anti-intelectualistas, pois viviam marginalizados na sociedade sueca, onde o establishment era ilustrado. No Brasil continuaram resistindo a ilustração. Por se estabelecerem em comunidades também socialmente excluídas, não acreditavam que o clero necessitava de diferenciação para com o fiel (*ibidem*, p. 78). De fato, é possível que a expansão da AD para outros estados, além do Pará, tenha sido feita por fiéis com estudo, segundo o autor.

Esse modelo de deixar espaço para a iniciativa leiga, e não na burocracia da Igreja favorece cismas. Isso não é difícil de se imaginar, pois a falta de unidade no ensinamento da doutrina pode gerar interpretações diferentes e, sem uma interpretação oficial ensinada na formação dos líderes religiosos, o cisma passa a ser uma opção factível. Segundo o autor, a falta de ensino especializado ainda persiste, dentro da igreja (*ibidem*, p. 89). A alternativa à doutrinação formal é a doutrinação ligada à hierarquia, na qual os membros mais altos dela comandam os inferiores, seguindo o que lhes parecem melhor para a Igreja naquele momento. Como se verá, a IURD também não tem um centro de formação clerical, e também tem

ligação com doutrinação hierárquica, pois possui um líder doutrinário único no topo da hierarquia clerical, que é o Bispo Edir Macedo.

Até pelo menos o final da década de 1990, a AD se mantinha atrás das igrejas evangélicas históricas no que se refere a participação dos fiéis em escolas dominicais (62% dos fiéis da AD frequentavam contra 67% dos fiéis das históricas), mas bastante à frente da IURD, denominação na qual 38% dos fiéis disseram participar dessas reuniões (FERNANDES et al., 1998, p.48), o que mostra que a Assembleia é uma igreja mais horizontal que a Universal.

A igreja apresenta uma estrutura peculiar. Ela é dividida em subunidades praticamente independentes entre si. São essas subunidades, os Ministérios, que detêm o real poder na igreja. Os Ministérios são conglomerados de templos que seguem uma única hierarquia comum apenas ao próprio Ministério, mas não à AD de forma geral.

Exemplos de Ministérios são a Assembleia de Deus Catedral do Avivamento, cujo presidente é o deputado Marco Feliciano e a Assembleia de Deus Vitória em Cristo [anteriormente conhecida como Assembleia de Deus: Ministério Penha], cujo líder é o influente pastor Silas Malafaia. Guardando as óbvias ressalvas, a forma com que a AD é estruturada como organização religiosa se assemelha a como o MDB se estrutura como partido político (RIBEIRO e FABRE, 2020).

Ministérios diferentes têm comportamentos doutrinários e eleitorais diferentes. Por exemplo, segundo Freston (1993, p. 73-74), o Ministério de Madureira é uma ala da AD que tem histórico de caudilhismo e de envolvimento com os militares durante a ditadura militar. Isso pode indicar a forma com que seus representantes agem, o que não necessariamente tem relação com as atividades dos representantes de outros ministérios, como argumenta Correa (2012 p.107). Ela afirma que a cisão do Ministério Madureira com o Ministério Missão [até então chamada simplesmente de Assembleia de Deus, por ser o único ministério], em 1941, se deu pela diferença doutrinária restritiva do seu fundador, Paulo Macalão, que vinha de família militar e a doutrinação mais liberal dos suecos. A denominação parece continuar seguindo esta linha de atuação doutrinária nos tempos recentes, dada a ligação com políticos importantes na segunda metade da década de 2010, como ex-candidato à presidência Pastor Everaldo, o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, o ministro do STF



André Mendonça e o presidente Jair Bolsonaro<sup>2</sup> –cada qual com uma relação diferente com o Ministério.

Ainda na década de 1940 a AD passa a adotar mais amplamente o sistema de Ministérios, delimitando geograficamente a área de atuação de cada um deles e concentrando o poder local. Isso foi feito para evitar possíveis lutas em torno do poder. Os ministérios funcionariam como polo único e evitariam invasão de campo. Correa argumenta que o sistema ministerial serviu também para atender uma dicotomia iniciada na década anterior entre o Brasil urbano e o Brasil rural. A diferenciação doutrinária entre unidades seria capaz de lidar melhor com as diferentes demandas dos fiéis de cada localidade. Com o tempo os Ministérios passaram a ter mais autonomia local, formando clãs familiares que ocupam o cargo de pastor-presidente de algumas das sessões. Estes assumiram postura voltada ao patriarcalismo e se tornaram bispos regionais (*ibidem*, p.137-140).

O autor ainda nota que a AD não segue um modelo eclesiástico puro, pontuando que a igreja mescla modelos de outras tradições, indicando que se pode dividir o modelo eclesiástico da AD em três distintos, a depender da localização (p.90). Ela argumenta que normalmente as AD das capitais são as que concentram poder na figura do pastor-presidente, que as do interior seguem um modelo de conselhos, com menos autoridade do pastor, enquanto as AD de cidades metropolitanas normalmente estão vinculados a órgãos nacionais e estaduais da igreja.

O principal deles é a Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil (CGADB). Mas a descentralização da AD é tal que mesmo este órgão não representa todas as congregações da Assembleia de Deus no Brasil.

Talvez o caso mais marcante de demonstração de força da CGADB, e, ao mesmo tempo, o maior cisma da AD tenha acontecido em 1989, quando a Convenção decidiu expulsar o Ministério de Madureira por desrespeitar suas normas, incluindo desrespeito à área delimitada para atuação desta congregação, que representava, na época, um terço do total de fiéis (FREESTON, 1993, p.74). O ministério àquela altura, porém, já tinha sua própria convenção funcionando havia décadas, a Convenção Geral das Assembleias de Deus de Madureira. Essas convenções centralizadoras da AD, porém, têm com caráter pouco

---

2 Pastor Everaldo, “nascido e criado na igreja”, foi pastor da congregação; Em 2015 Eduardo Cunha recebeu o título de membro honorário; Em 2021 André Mendonça se reuniu com lideranças locais e pregou um culto em Madureira, enquanto aguardava a sabatina para a vaga de Ministro do STF; Jair Bolsonaro foi batizado por um pastor do Ministério, o próprio Pastor Everaldo, no Rio Jordão.

impositivo e mais consultivo no sentido dogmático, apesar de pouco centralizarem poder político.

Outras tantas desassociações congregacionais aconteceram, como o caso se deu em 2010, quando Silas Malafaia decidiu retirar o Ministério Penha da CGADB e mudar o nome da Igreja para Assembleia de Deus Vitória em Cristo<sup>3</sup>. Após a cisão, os Ministérios passam a se vincular com os outros por “laços fraternos” (CORREA, 2012, p.135). Aconteceu, ainda, um cisma na Convenção Geral, criando uma convenção geral paralela, a Convenção da Assembleia de Deus no Brasil, com atuação, até o momento, bastante restrita<sup>4</sup>. A autora, em seu estudo sobre a hierarquia da igreja, conclui que a AD funciona em um sistema análogo ao de franquia empresarial (*ibidem*, p. 198).

Tratando do caso da maior Convenção da Assembleia de Deus, a CGADB, a compilação de estatutos de convenções, feita por Correa (2012, seção de anexos) mostra que a existência do Conselho Político, órgão mais importante para este trabalho, não é exclusividade da CGADB<sup>5</sup>. Sendo assim, estudar o caso desta não é inócuo.

O Conselho Político Nacional (fundado com nome de Comissão Política), segundo definição dada no seu próprio perfil do facebook<sup>6</sup>, é um órgão de assessoramento da Mesa Diretora da CGADB. Foi inaugurado em janeiro de 2001 (D’AVILA, 2006, p.63-64) e seu presidente atual é o pastor Eliazar Ceccon. O autor nota que depois que o Conselho foi fundado, as igrejas passaram a lançar mais candidatos à cargos eletivos. Há reuniões estaduais promovidas pelo Conselho Político Nacional, juntamente os com estaduais, nas quais se debatem as orientações e rumos da igreja na política<sup>7</sup>.

É competência do Conselho, entre outros assuntos, assessorar, mediante o presidente da Convenção, avaliação e indicação de candidatos e coordenar escolha de líder “da bancada” nos legislativos, além de mediar entendimento entre ministérios ou convenções localizadas no mesmo município. O Conselho propõe critério para a escolha de candidatos a serem apoiados

---

3 Acessível em <<https://noticias.gospelmais.com.br/pastor-silas-malafaia-anuncia-que-saiu-da-convencao-geral-das-assembleias-de-deus-cgadb-assista-o-video.html>> último acesso em 25/10/2022.

4 Acessível em <<https://noticias.gospelmais.com.br/dissidencia-cgadb-pastores-fundar-nova-convencao-93662.html>> último acesso em 25/10/2022.

5 Na verdade, a CONAMAD (convenção ligada ao Ministério Madureira) vai além, na parte política, e explicita que uma das finalidades da existência Convenção é orientar a atividade política de seus membros.

6 Acessível em <<https://www.facebook.com/consehopoliticodacgadb>> último acesso em 25/10/2022.

7 Acessível em <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=332844>> último acesso em 25/10/2022.

oficialmente, além de compromissos a serem tomados por estes, inclusive compromissos ideológicos e financeiros com a entidade, além de dar orientações para os políticos eleitos.

Sobre a organização: “A estrutura organizacional para executar o Projeto Cidadania AD Brasil da CGADB [projeto político da Convenção] será composta do Conselho Política Nacional, dos Conselhos e Políticos [sic] das convenções e ministérios estaduais, e Distrito Federal, ligados à CGADB, e estes poderão criar sub-comissões a critério de cada convenção”. A organização centraliza o poder político pois é capaz de utilizar sua estrutura para viabilizar candidaturas. “Com o referendo do pastor, o nome escolhido deverá ser encaminhado à apreciação da Comissão Política Estadual [Conselho de Política Estadual], para que, uma vez aprovado, o candidato tenha o apoio oficial da denominação”. A “candidatura oficial” já era feita pela IURD, também, haviam alguns anos, e será melhor explorada no seu capítulo. Rodrigues-Silva e Cervi (2019) identificaram que esses candidatos oficiais têm vantagens eleitorais sobre candidatos evangélicos em localidades onde a comunidade é fragmentada em igrejas diferentes.

O Conselho objetiva, através do projeto Cidadania AD Brasil, fomentar a conscientização política, pautadas na ética cristã, dos membros do povo brasileiro e apoiar os membros da igreja que tenham “vocação política”. Também objetiva fomentar a discussão de pautas de costume e moralidade.<sup>8</sup>

Infelizmente a falta de base de dados nos permitirá analisar apenas a Assembleia de Deus como um todo, e não suas subdivisões. Isso ocorre por não existir levantamento que indique o ministério dos deputados que tem relação com a AD, apenas se estes fazem parte da igreja, ou não. De qualquer forma, a centralização da ação política nas Convenções faz com que a heterogeneidade dos ministérios seja diminuída, ao menos nesse campo. Além disso, a política da AD passa, em quase totalidade, pela CGADB e/ ou pela Convenção do Ministério de Madureira, reduzindo a dois os atores.

---

<sup>8</sup> As informações sobre o Conselho, além das que indicam citação, foram tiradas de uma página intitulada “Quem Somos”, que estava em site antigo do Projeto Cidadania AD Brasil, mas que já não mais está no ar (<http://cidadaniaadbrasil.com>), mas capturas de tela desse site foram feitas e estão disponíveis em formato PDF na internet. Acessível em <<https://pt.scribd.com/document/236807923/Cidadania-Adbrasil-Quem-Somos>> último acesso em 25/10/2022.

## 1.2 A Universal do Reino de Deus

A Igreja Universal do Reino de Deus foi fundada por Edir Macedo, Roberto Lopes e R.R. Soares em 1977 no Rio de Janeiro e, no começo, os três lideravam a Igreja. Seu primeiro presidente foi R.R. Soares, com Macedo ocupando o cargo de tesoureiro da instituição. Por conta de disputa interna sobre os rumos da Igreja, que já estava se expandindo, os pastores decidiram pelo afastamento de Soares em 1980, que viria a fundar a Igreja Internacional da Graça de Deus. Depois da saída, Macedo, assumindo a liderança, decide criar um cargo clerical que o diferencia dos demais pastores, sendo nomeado o primeiro bispo da Igreja por Roberto Lopes, que, mais tarde, também sairia da IURD. O título de bispo, que o diferenciava dos demais pastores, foi o primeiro instrumento eclesiástico que Macedo utilizou para se destacar como líder doutrinário dentro de uma Igreja (NASCIMENTO, 2019, p.58).

A IURD nasceu com menos tabus comportamentais que as igrejas evangélicas anteriores. Freston (1993, p.99) indica que a igreja não tem controles disciplinares e nem sobre vestimenta dos fiéis. A prosperidade econômica no centro da doutrina religiosa, também foi algo diferente em relação às outras igrejas.

Durante os anos 1990, uma nova reestruturação clerical aconteceria. De viagem para os Estados Unidos, e com medo de cismas, Macedo passa adiante a liderança da Igreja no Brasil, mas enfraquece este cargo criando três novas instâncias hierárquicas e colocando a si mesmo na nova liderança máxima (Conselho Mundial de Bispos, Conselho de Bispos do Brasil e Conselho de Pastores). Nessa época novos bispos foram nomeados e a administração do Brasil passara a ser dividida em 4 regiões. Em essência, Macedo criou instâncias para diluir o poder dos membros poderosos de sua Igreja (MARIANO, 2004).

Essa hierarquia ajudou a manter a homogeneização da Igreja, além de ter se mostrado uma forma eficiente de se tomar decisões. Para garantir a centralização, as hierarquias mais altas têm o poder de coibir a autonomia dos pastores e adeptos, realocando-os frequentemente de local de trabalho e centralizando a administração do dinheiro arrecadado, como apontado por Mariano (*ibidem*).

A hierarquização e, por conseguinte, falta de participação dos fiéis da IURD na administração da Igreja se mostra em números. No final dos anos 1990, 46% dos fiéis acreditavam que a escolha de um novo pastor deveria ser feita pelas autoridades da igreja, enquanto 24% e 15% dos seguidores da AD e de igrejas evangélicas históricas entendiam assim, respectivamente. Estes preferiam que os próprios membros da igreja escolhem os

novos pastores (FERNANDES et al., 1998, p.61). Além disso, 51% dos fiéis da IURD disseram que a igreja faz reuniões administrativas com seus membros, número menor do que os 84% da AD e 89% das históricas. Entre as três categorias, os fiéis da IURD também foram os que menos disseram ter participado dessas reuniões e os que menos viam importância delas para todos os membros da igreja (*ibidem*, p. 63-64).

Apesar de ser possível encaixar a influência de Macedo como sendo uma dominação carismática na nomenclatura weberiana, a IURD é uma organização burocratizada, com burocracia especializada para cada área de atuação da Igreja. Ainda que o funcionamento interno do Conselho de Bispos e sua relação com Macedo seja nebulosa, há indícios de que Macedo seja líder incontestado no campo religioso-doutrinário da Igreja, mas que tenha aberto mão dessa influência em favor de funcionários mais familiarizados áreas específicas, como é o caso da política, capitaneada, durante anos, pelo Bispo Carlos Rodrigues.

Sempre pragmática, a IURD esteve ao lado de todos os presidentes, desde Collor a Bolsonaro (NASCIMENTO, 2019), mas sua tradução política mudou ao longo dos anos. Pode-se dividir a inserção da Igreja na em três momentos diferentes. O primeiro, que começa em 1986, ano que Freston (1993, 157) sinaliza como o ano em que protestantes entram em peso na política nacional, e termina em 1997. A Universal já mostra, nesse período, sofisticação eleitoral, dividindo seus templos de forma a maximizar a quantidade de candidatos eleitos com seu apoio (*ibidem*, p. 97). A igreja dava apoio a candidatos que compartilham seus valores, servindo como seu cabo eleitoral.

Uma virada acontece em 1997, quando a Igreja passa a adotar o “candidato oficial”, ou seja, a IURD passa a “emprestar” sua marca aos candidatos, um qualificador extrapartidário. Por volta dessa época a figura do Bispo Carlos Rodrigues também se torna nacionalmente conhecida como coordenador político nacional da igreja, apesar de liderar a política iurdiana desde a época da eleição presidencial de Collor. Ele era o responsável por costurar acordos com os partidos pelos quais os candidatos “da igreja” iriam disputar as eleições – sendo, ele próprio, eleito deputado federal em 1998. Esses candidatos passavam por um crivo interno, uma verdadeira seleção dos mais alinhados com a cúpula da igreja. Oro (2003a e 2003b) e Conrado (2000, p. 54-55) indicam que na época esses políticos, se eleitos, mantinham mais lealdade à igreja do que ao partido do qual faziam parte. “Estamos no PL porque este partido dá espaço para manifestarmos nosso ponto de vista” disse Bispo Rodrigues (*ibidem*, p. 97-98). Oro (2003a) cita fala do deputado, pastor da IURD, Paulo

Gouveia, sobre sua eleição e reeleição: “A força da candidatura não está no meu nome. Se não fosse eu, seria outro e seria eleito da mesma forma; com absoluta certeza”, indicando a força eleitoral da “marca” de candidato oficial da instituição.

Esse modelo entrou em declínio quando os partidos usados pela Universal para lançar seus candidatos passaram a integrar a base do governo Lula e a não precisar mais da aliança com a igreja (CERQUEIRA, 2021). É possível, também, que a exposição, por vezes negativas, dos “seus” políticos, como o escândalo de corrupção envolvendo o próprio Bispo Rodrigues e os partidos aliados, tenha pesado para a instituição. Este segundo momento termina com a fundação do Republicanos (fundado como PMR, teve registro aceito em 2005, antes de mudar de nome para PRB e, novamente, para o atual).

O período, de 1997 a 2005, foi um momento no qual o braço político da IURD atuou de forma “pura”, isto é, não apenas apoiava candidatos, como antes, nem estava vinculado a um partido político, como hoje. O “carimbo” de identificação política dos seus candidatos oficiais era, de fato, a Igreja Universal, e não partidos políticos.

Em entrevista já citada para o Jornal do Brasil (29/10/2001), o então coordenador político da Universal, Bispo Rodrigues, pontuou: “Nossa força é que temos uma hierarquia, há uma hierarquia que é seguida à risca, o conselho de bispos é muito unido e os nossos membros são militantes ativistas. Ficam esperando nossa orientação para apoiar um candidato que a gente acha que vai mudar o país”. Anos antes, Rodrigues reconheceu a importância de coordenação “de cima para baixo”, dentro do braço político da Universal, para que se evite desperdício de votos com o lançamento de diversos candidatos (Folha Universal, *apud* de CONRADO, 2000).

Segundo Cerqueira, o braço político da Universal, hoje, se traduz no partido Republicanos<sup>9</sup>. Isso é conseguido com a ocupação de cargos na Comissão Executiva e no Diretório Nacional do partido por indivíduos ligados à IURD, mas esta não mais fica tão exposta pois passou a ser comum que políticos negassem seus vínculos com a Igreja, passando a afirmar vínculo apenas com o partido (*ibidem*). Cerqueira também mostrou que o partido reproduz a estrutura centralizada da Universal, se baseando em Comissões Provisórias

---

9 Outras fontes tratam braço político da IURD e Republicanos como sinônimos. Exemplos: <<https://www.dn.pt/arquivo/2005/vice-de-lula-adere-ao-braco-politico-da-iurd-624311.html>> último acesso em 25/10/2022, (ainda como PMR) e <<https://veja.abril.com.br/coluna/radar/deputados-do-prb-sao-uma-maquina-de-torrear-dinheiro-publico/>> último acesso em 25/10/2022.

nos municípios, que são controladas diretamente pela cúpula do partido, e não em diretórios, o que nega independência das localidades. Além disso, pontuou que apenas dois partidos, que já não estão mais em fase de construção, apresentam uma proporção tão alta de Comissões Provisórias em relação a diretórios, indicando alto nível de centralização do poder, tal qual a Igreja.

Tendo doutrinas, estruturas e comitês de decisão política diferentes, torna-se claro, então, que para estudo auspicioso sobre a atuação evangélicos dentro da Câmara dos Deputados, é preciso que eles não sejam tratados como um bloco homogêneo, e sim como diferentes grupos, detentores de interesses distintos.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: EVANGÉLICOS NO CONGRESSO

Este capítulo deixará claro que a literatura sobre atuação de evangélicos na política pode ser dividida em duas vertentes, a que os aborda fora do Legislativo, e a que os aborda dentro do Legislativo. Como visto no capítulo anterior, a literatura mostra que a inserção política dos evangélicos se dá, historicamente, de forma heterogênea. Porém, os trabalhos que estudam o que acontece depois de os deputados serem eleitos, costumam aglutinar todos os evangélicos na bancada evangélica, ou utilizar a Frente Parlamentar Evangélica como sinônimo de evangélicos no Congresso, assumindo homogeneidade interna, com algumas exceções. Outra característica de trabalhos nessa linha é a de estudar apenas uma legislatura, ou utilizar um corte temporal que abarque no máximo duas. Além disso, é comum que as análises sejam feitas a partir de comportamento em votações nominais.

Algumas das características e preocupações dos trabalhos analisados se mostraram pertinentes e foram incorporados ao estudo, outras, porém, foram revistas e incorporadas de modo crítico. Sendo assim, esta dissertação abrange a heterogeneidade evangélica, sua suposta atuação centralizada na religiosidade, no conservadorismo e em pautas economicamente liberais e a localização, dentro do espectro esquerda-direita, dos subgrupos. Além disso, busca identificar se eles participaram de um movimento de “*conservadorização*”. Por fim, questiona a utilização da FPE como sinônimo de deputados evangélicos. Os trabalhos que levantam esses pontos estão dispostos a seguir.

Analisando quantitativamente os projetos de leis apresentados por deputados da Frente Parlamentar Evangélica durante a Legislatura de 2015-2019, Serrano (2020) aponta que houve aumento da influência da religião no Legislativo, associando-a a pautas conservadoras, o que foi levado a cabo pela FPE. Ele também aponta um alinhamento internacional com países cujos governos são de direita, e uma agenda liberal na Economia, ambas também capitaneadas pelo mesmo grupo. No presente trabalho, tentou-se dividir conservadorismo de religião, para se testar a presença do discurso religioso, mas também do conservador, à parte. O alinhamento internacional com países com governo de direita não foi testado.

Rocha, Silva e Barreto (2021) são mais céticos sobre a atuação da FPE, que busca representar evangélicos no Congresso Nacional, a começar pela sua forma de atuação, mais reativa do que propositiva. Também questionam a real força da Frente, pontuando que ela não teve quase nenhum avanço prático com suas pautas no Legislativo, apesar de apresentar



pautas morais e que visam uma contrarreforma social, contra a classe trabalhadora. Os autores apresentam três motivos para isso, a heterogeneidade de pensamentos dentro do grupo, a baixa representatividade deste perante os evangélicos e a falta de instrumento de coerção de voto, tal qual um partido político é munido.

Sobre a heterogeneidade dentro da FPE, indicam a existência de grupos evangélicos alinhados com o conservadorismo, mas também outro alinhado com o progressismo. Segundo os autores, falta de representatividade da Frente está ligada ao fato de haver uma sobre-representação de deputados ligados à Universal e à Assembleia de Deus, maior do que a presença destes grupos dentro da sociedade, o que deslegitima, em parte, a FPE como representante dos evangélicos, levando o grupo a defender pautas cujos supostos interessados, os evangélicos, são contra, tendo uma atuação mais voltada para o mercado do que para valores cristãos.

Embora os autores distingam a existência da Universal, como um ator político, e da Assembleia de Deus, como outro ator político, eles têm dificuldade de traduzir isso para a atuação da FPE – entendida, novamente, como suposta representante dos evangélicos no Congresso. Eles apontam apenas heterogeneidade no grupo e na atuação, de modo genérico, não conseguindo medir até que ponto isso se dá, apenas indicando que evangélicos não são uníssonos. O artigo de Rocha, Silva e Barreto leva a crer que não só a atuação de evangélicos na política é complexa, como indica que ela é dada por diversos atores políticos diferentes. É justamente essa heterogeneidade que é estudada no presente trabalho.

Talvez o trabalho que melhor explore as diferenças dentro da FPE no Congresso seja o de Santos e Sampaio (2015), no qual os autores subdividem a Frente entre as igrejas representadas, o que permite a eles estudar a taxa de alinhamento de cada uma delas com o governo, através de votação nominal. Também permite calcular isto para deputados signatários e não-signatários da FPE, dentro de cada partido.

Ao contrário do trabalho citado anteriormente, os autores identificam força na Frente, mais uma vez entendida como aglomeração de evangélicos. Eles apontam que signatários da FPE são mais coesos entre si quando o assunto tratado é de aspecto religioso. Também votam diferente do partido, visando agradar uma base eleitoral predominantemente conservadora e têm, por característica, serem mais governistas do que suas contrapartes.

Embora o trabalho avance na questão da heterogeneidade evangélica, apresenta uma base metodológica diferente da que foi utilizada nessa dissertação. Os autores assumem que a

atuação política de uma igreja é dada por todos os deputados ligados a ela, sejam eles fiéis ou membros do clero. Como será visto no capítulo de Metodologia, é possível relacionar, sim, a atuação de pastores-deputados<sup>10</sup> com a orientação política da igreja, por causa das candidaturas oficiais, mas dificilmente se pode relacionar a atuação de um fiel à da igreja. Diferente dos membros do clero, associar a ação política de um fiel evangélico à ação de sua igreja é comparável com associar a atuação política da Igreja Católica com a de fiéis católicos. Assim, este trabalho segue a mesma linha apontada pelos autores, de subdivisão dos deputados por igrejas, mas diferenciando a membresia do clero. Outra diferença é a de tomar cuidado com o número de observações, já que a representação de quase todas as igrejas evangélicas na Câmara, seja com deputados clericais ou de membresia, não passa de duas, as exceções são Assembleia de Deus e Universal. Sendo assim, quando Santos e Sampaio medem o índice de governismo de uma igreja, muitas vezes estão fazendo isso com base em um único deputado, que pode não ser membro seu do clero.

Outra forma de transpassar a heterogeneidade da FPE é associando grupos religiosos a partido políticos, já que a IURD tem ligação com o PRB/Republicanos, a AD com o PSC e PROS, e a Sara Nossa Terra com o PTN (GUTIERREZ, 2015). Cerqueira (2021) também associa Republicanos e IURD por meio de pesquisa sobre a vida profissional dos membros da executiva nacional do partido.

Utilizando esse conceito de relação entre partidos e igrejas através da associação de quadros partidários com suas igrejas, Valle (2018) explora a atuação do PSC e PRB/Republicanos no Legislativo. Esse é, talvez o artigo que mais dialoga com o presente trabalho, apesar de fazer uma análise qualitativa, consegue estabelecer padrões de atuação de diferentes grupos religiosos, dentro do Congresso, *via* partidos políticos. Assim, o autor consegue determinar atuação conservadora do PSC e pragmática do Republicanos.

Ainda na busca de se encontrar uma melhor forma de se estudar evangélicos no Congresso, Gershon (2022) utiliza a FPE para tratar dos evangélicos no Congresso, mas para isso faz as já citadas ressalvas de não-homogeneidade. Em linha com o trabalho citado anteriormente, a autora encontra um índice de coesão de votos maior entre os membros da Frente do que entre os deputados, no geral, além, também, de uma taxa de governismo maior. Levando em conta discursos, a autora encontrou um ativismo maior dos evangélicos, em

---

10 Neste trabalho, os deputados que são, ou foram, clérigos foram chamados genericamente de pastores-deputados, mesmo quando o cargo hierárquico dentro da igreja não leva exatamente esse nome.

relação a Câmara, no geral, nos temas relacionados a Amazônia, Direitos Humanos e Meio Ambiente, enquanto constatou um ativismo menor na Agricultura e Agropecuária, mas com os quatro indicadores praticamente iguais aos das suas contrapartes. Também destaca que a atuação da Frente é mais alinhada ao governo do que necessariamente aos seus eleitores, não se destacando nem nos temas caros à comunidade evangélica.

Almeida (2017), observando proposições feitas por evangélicos dentro do Legislativo, apontou a centralidade do grupo num processo de *conservadorização* do país. Destaca que a AD é mais propositiva que a IURD, mas que esta acompanha, nas votações, posicionamentos conservadores. O autor identifica quatro forças desse movimento conservador, cujos evangélicos fazem parte; econômica, moral, securitária e interacional.

A questão econômica é uma visão meritocrática, liberal, ancorada na Teologia da Prosperidade, que utiliza a ascensão econômica mundana como sinal divino, sendo o mérito proveniente da capacidade empreendedora. As pautas morais e interacionais indicam ativismo no sentido conservador, para evitar mudanças sociais, ou retroceder, temporalmente, em assuntos referentes à, por exemplo, aborto e casamento homoafetivo, além disso, há sentimento de segregação de grupos considerados “diferentes”.

Conclusão parecida foi obtida por Dantas (2011) que, em entrevistas com deputados evangélicos da legislatura de 2007-2011, notou neles espírito de “guardiões da ordem e da moral”, que, duplamente incumbidos de autoridade (religiosa e política) buscam delimitar o bem e o mal, o certo e o errado através de legislação que sinalize isso. Também encontrou características de pensamentos universalistas, tanto da ética, quanto da sua representação, o que implica no ocultamento considerado “diferente”, em tentativa de normatizar a vida cotidiana a partir do seu ponto de vista, o que diminui as liberdades civis e ajuda a manter o *status quo*.

O ocultamento do “diferente” também vale para a própria bancada evangélica, pois, mesmo constatando sua homogeneidade, a autora ouviu dos deputados falas no sentido de transmitir pouca pluralidade interna. Uma das diferenças na atuação dos deputados, notado pela autora, foi o fato de que alguns deputados haviam sido eleitos sem ajuda de suas igrejas, enquanto outros eram “candidatos oficiais”, o que fazia com que eles precisassem se submeter à autoridade clerical. Também identifica que os espaços separados entre política e religião estavam cada vez menos claros.

Olhando para discursos de deputados evangélicos, Gonçalves (2011) segue a mesma linha dos trabalhos citados anteriormente, indicando a existência de falas conservadores sobre pautas morais, porém ele nota que esse conteúdo foi minoritário dentro do escopo analisado, sendo matérias cotidianas, e referentes a acontecimentos políticos correntes os temas mais abordados, apesar de sempre haver carga confessional forte na retórica. Também identifica que em temas mais caros aos evangélicos, há mais unidade dentro do grupo, mas é comum que eles discordem entre si em outros temas. Ainda segundo ele, o discurso evangélico na Câmara está alinhado ao discurso político tradicional.

A revisão do trabalho de Gonçalves é especialmente importante para a presente dissertação por ser um dos raros que foca exclusivamente na atividade oral dos deputados evangélicos na Câmara, o que é feito, também aqui. Chama atenção o autor ter chegado a conclusões diferentes, em certa maneira, à citadas anteriormente, o que pode significar que a análise do conteúdo do discurso indique resultados diferentes do que a maioria da literatura com temática similar.

Uma outra abordagem frequente da literatura em relação aos evangélicos no Congresso é a linha que se estuda sua atuação Frente a laicidade do país (TREVISAN, 2013, COSTA, 2016 e PINHEIRO, 2017), mas este ramo foge do escopo do trabalho.

A revisão bibliográfica indicou, em suma, que existe um campo ainda pouco explorado dentro do estudo de evangélicos no legislativo, que é o da heterogeneidade interna, tema tratado ainda de forma incipiente nos trabalhos anteriormente citados. A literatura enfatizou, também, uma força de coalizão da Frente Parlamentar e defesa de pautas conservadoras nos costumes e liberais na economia. Tendo isso em vista, o trabalho procura, através da análise quantitativa de discurso e segregação em subgrupos, religiosos e clericais, explorar a atuação evangélica na Câmara dos Deputados. Assim, o capítulo 5 apresentará cenário mais acurado da atuação dos evangélicos. Antes disso, a metodologia utilizada para essa avaliação será explorada.

### 3 BASE DE DADOS E METODOLOGIA

Neste capítulo serão apresentados os dados utilizados para os testes propostos, além de como eles serão feitos. Para fazer as análises do trabalho, testando as averiguações feitas na literatura de sociologia política e de ciência política, a atuação legislativa de deputados evangélicos foi estudada na dimensão dos discursos por eles proferidos na tribuna da Câmara dos Deputados.

O trabalho foi montado, inicialmente, para abranger nove grupos de deputados, divididos pela sua religião e pela participação, ou não, na hierarquia de sua igreja, o que permitiu uma análise mais detalhada de como é a atividade parlamentar dos deputados evangélicos, para além do termo “bancada evangélica” ou, simplesmente “evangélicos”.

A análise, quantitativa, abrange 15 anos de atuação dos deputados na Câmara, com início em janeiro de 2007 e término em dezembro de 2021. O ano de 2007 foi escolhido para início da análise porque foi o ano de posse dos primeiros deputados federais eleitos pelo PRB/Republicanos, já que o partido se formou em 2005. Dados sobre a religião dos deputados, abertos de forma nominal, são datados da legislatura anterior, mas a dinâmica envolvendo PRB/Republicanos e IURD, iniciada em 2007, faria com que os primeiros anos do estudo tivesse que ter análise a parte. A qualidade das informações sobre a vida pregressa dos deputados, necessária para saber se faz ou fez parte do clero, também, é menos precisa para a legislatura anterior, como será explicado mais a frente. A data final foi escolhida por ser o último ano completo quando da elaboração do trabalho.

Para dados sobre quais deputados são evangélicos, além das suas filiações congregacionais foram utilizados os levantamentos feitos pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) em seus relatórios quadrienais (DIAP, 2006, 2010, 2014, 2018).

Como, para o estudo foi necessário saber se os deputados evangélicos têm, ou já tiveram, vínculo clerical com suas igrejas, foi usada como base de dados sobre a vida profissional dos deputados, a própria autodeclaração de profissão, mas também, em paralelo, por falta de fonte, foi utilizada uma estratégia de pesquisa baseada na que Cerqueira (2021) usou para descobrir vínculo de indivíduos com a IURD. Essa estratégia consistiu, no presente trabalho, em fazer uma série de pesquisas na internet com as seguintes palavras-chave: i) nome do deputado; ii) nome do deputado + nome da sua igreja; iii) nome do deputado + nome da sua igreja + cargo clerical. Foi feito isso para todos os deputados apontados pelo DIAP

como sendo evangélicos, mas que não declararam trabalhar na estrutura clerical das igrejas das quais são membros. Portais com perfis dos deputados foram utilizados, assim como redes sociais dos próprios políticos. Foi considerada cabal a terceira pesquisa pois os retornos dela são, normalmente, notícias de encontros entre o deputado e a cúpula da igreja, para fazer alguma ação social, ou para celebrar datas festivas. É comum que nessas notícias, vinculadas a portais da própria igreja ou em portais de notícias gerais, se explicita, caso tenha, o vínculo do deputado com a instituição. Quando nenhuma correspondência fosse encontrada nas três pesquisas, o deputado foi considerado desvinculado, clericalmente, da igreja.

Essa segunda checagem, da pesquisa na internet, permitiu identificar deputados pastores ou bispos que haviam abandonado esses postos para entrar na política, e aqueles que não se declaravam como tal, já que existem casos em que o então candidato não declara ter relação com igreja para fazer uma campanha para público alvo maior (*ibidem*). Também podem existir casos em que o deputado não considere o pastoreio como uma profissão. De fato, a autodeclaração de vínculo clerical foi minoritária entre os que entraram na base de dados com tal relação. A posse deste material permite a segregação de deputados fiéis a determinada igreja e deputados ligados à hierarquia dela (seja no presente ou no passado).

O comportamento dos pastores-deputados parece ser uma boa *proxy*, para identificar o comportamento do próprio núcleo político das igrejas, já que Freston (2000, *apud* Oro 2003b) afirma que um dos pré-requisitos para a Universal lançar alguém como candidato é ser um “pastor que atua na mídia”. Essa ideia foi reforçada por Nascimento (2019, p.69) que afirmou que lançar nomes proeminentes de dentro Igreja na política era uma forma de manter a hierarquia interna, pois a eventual eleição retiraria o indivíduo do contato diário com fiéis, reduzindo seu poder dentro da instituição. Smith (2019, p.157) notou o mesmo comportamento na IURD, complementando que isso também acontecia na AD.

Essa é uma tentativa de encaixar os deputados, quando da época de sua eleição, no que Reis et al. (2022) chamou de candidaturas religiosas, ou seja, aquelas cuja religião é central para a campanha, e se diferencia das candidaturas de políticos religiosos, que não acionam o vínculo durante a época, e as campanhas com relação religiosa, que são as que a alusão do pertencimento religioso, por parte do candidato, são incipientes. A principal diferença do que foi feito aqui e o que foi estudado por Reis et al. para a campanha de 2020, foi que no presente trabalho, não se encaixam na categoria os deputados com forte ligação com a igreja,

mas não que pertençam ao clero. Assim, comunicadores e cantores gospel ficaram de fora das categorias clericais.

Foi possível, então, dividir os deputados entre nove grupos; os não-evangélicos, os fiéis e clérigos da Universal, fiéis e clérigos da Assembleia de Deus, fiéis e clérigos das demais igrejas pentecostais e fiéis e clérigos de igrejas protestantes históricas.

Sobre as igrejas pentecostais, essa categoria inclui denominações do que Freston (1993) de chamou ondas do pentecostalismo; a primeira onda é sinônimo, no cotidiano, das igrejas pentecostais, a segunda, as deuteropentecostais e a terceira, as neopentecostais. Foram classificadas como igrejas históricas, as igrejas Batista, Batista Nacional, Presbiteriana, Luterana e Adventista.

Como, em todo o período, o grupo dos deputados pertencentes ao clero de igrejas históricas teve três ou menos representantes e, na maioria do tempo 2 ou menos, não houve confiança de que os resultados obtidos dentro dessa categoria fossem realmente representativos do grupo, por isso optou-se por omiti-los. Outro caso de atenção foi o da categoria de fiéis da Universal, cuja representação foi unitária na primeira legislatura estudada, mas maior nas seguintes. Escolheu-se, então, contar para as análises apenas os resultados obtidos a partir de 2011, ano em que o grupo aumentou. Para não ficarem sempre omitidos, tanto este período não contado, quanto toda a amostra dos deputados membros do clero de igrejas históricas estão representados graficamente no capítulo de resultados, mas foram apresentados com linhas pontilhadas, para diferenciar do que foi realmente levado em conta no trabalho.

É importante notar que a base de dados descrita só conta deputados que iniciaram o mandato no começo da legislatura, ou seja, se um suplente evangélico assumiu durante a janela temporal do trabalho, este não foi contado como evangélico, nem será associado a alguma igreja. Isso acontece por falta de atualização no levantamento do DIAP, que só é feito no começo das legislaturas. Por conta dessa limitação na base de dados, precisou-se descartar todos os discursos dos deputados que se elegeram como suplentes. Assim se pôde ter certeza de que os parlamentares tratados tinham feito parte, inicialmente, dos levantamentos do DIAP. Para fazer essa exclusão, foram cruzados os dados dos nomes dos parlamentares com os do TSE, filtrados apenas para deputados eleitos por coeficiente partidário ou por média de votos. Esse cruzamento foi importante, também, para prevenir múltiplas entradas de um

mesmo deputado, que teve seu nome escrito de forma errada durante a datilografia, ou ainda, que simplesmente pediu para ter seu “apelido” trocado na datilografia<sup>11</sup>.

Tabela 2 - Deputados por grupo, em cada legislatura

Grupos/Anos	2007-2010	2011-2014	2015-2018	2019-2021
Fiéis IURD	1	3	10	6
Fiéis AD	4	14	19	15
Fiéis de Históricas	7	19	16	18
Fiéis Outras Pentecostais	5	11	14	12
Clero IURD	3	4	5	11
Clero AD	5	8	10	15
Clero de Históricas	2	3	2	1
Clero Outras Pentecostais	2	7	7	6
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>69</b>	<b>83</b>	<b>84</b>

Legenda: Tabela 2 - número de deputados enquadrados em cada classificação, por legislatura. A tabela apresenta os números baixos dos fiéis da IURD na primeira legislatura e do clero das igrejas históricas, em todas as legislaturas.

Fonte: Relatórios do DIAP entre 2006 e 2018.

### 3.1 Análise de Discurso

Para fazer análise de discurso, foram utilizadas as falas proferidas pelos deputados na tribuna da Câmara dos Deputados. Toda sessão é datilografada e está disponível no site da Casa<sup>12</sup>, ficando evidenciado, além da data do documento, a fala de cada um que participou da sessão, assim como o partido do qual é filiado e o estado que representa. Sessões abertas e logo depois fechadas por falta de quórum foram ignoradas. O mesmo vale para sessões conjuntas do Congresso Nacional e sessões solene.

Quanto aos discursos dos parlamentares, foi ignorado tudo o que foi dito pelo presidente da sessão<sup>13</sup>. As falas do presidente foram excluídas pois normalmente são de

11 Exemplo de erro datilográfico que levaria a duas entradas na base, de um mesmo deputado, foi o caso da deputada Benedita da Silva, registrada, algumas vezes, como “Benedita Silva”. Outro deputado, José Maia Filho, pediu para que seus registros fossem mudados duas vezes, aparentemente. Além de ser associado ao seu nome, também está à “Zé Maia Filho” e “Mainha”.

12 Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/notas.html>> último acesso em 25/10/2022.

13 O presidente da sessão não necessariamente é o presidente da Câmara, já que em sua ausência, o vice assume, e que também pode não estar presente, sendo chamado outro deputado para presidir a sessão, de modo a nunca ficar sem presidente. Virtualmente qualquer parlamentar pode ter assumido a presidência de uma sessão da Casa.



natureza burocrática, indicando como os trabalhos serão conduzidos, o próximo a discursar, indagando como vota cada partido, etc. Como o presidente é o que mais fala durante a sessão, a inclusão dele enviesaria a amostra, pois ele, e o seu partido, ganhariam uma carga de assuntos burocráticos em seu discurso que são, na verdade, natureza do cargo que o deputado estava ocupando no momento. Da mesma maneira, para evitar falas excessivamente burocráticas, discursos cuja datilografia teve menos de setecentos<sup>14</sup> caracteres foram ignorados.

No total, a base de dados inicial era composta por pouco mais de 236 mil discursos, número reduzido para entorno de 208 mil<sup>15</sup>, após a exclusão dos deputados eleitos por suplência. Os discursos foram enquadrados nos temas de interesse do trabalho, e classificação temática foi dada pela contagem de palavras-chave no seu interior, relacionadas a cada um dos temas estudados. Sendo assim, a primeira metodologia utilizada no trabalho:

1. Divisão com “caixa fechada”: o tema de cada discurso é atribuído pela contagem de palavras-chave dentro dele. Sendo essas palavras-chave previamente classificadas em categorias temáticas, como apontado na Tabela 3.

Foi utilizado o termo “caixa fechada” pois cada discurso foi considerado de forma individual, como uma caixa fechada. Todas as fases das sessões foram levadas em conta, o que suscitam pontos de atenção, já que existem diferenças entre cada uma delas, com distinção de finalidade, de tempo e de modo de inscrição (GUARNIERI, SALLES e SANTOS, 2021). Também se espera, que durante o Pequeno Expediente, o parlamentar discursar sobre apenas um tema específico, enquanto no Grande Expediente, sobre mais de um tema (MOREIRA, 2016). Disso pode-se tirar dois possíveis problemas para análise dos dados, o primeiro é a frequência do discurso de um deputado em particular, e o segundo é a pluralidade de temas dentro de um discurso.

O primeiro problema, da frequência, pode acontecer se estivéssemos interessados, por exemplo, em saber quantas vezes um deputado discursou sobre o tema Esforço Individual, mas esse deputado é, por algum motivo, preterido pelo líder da bancada do partido, com relação a outro parlamentar e, por isso, escalado menos vezes. Nessa situação hipotética, o

---

14 Número arbitrário, mas ainda relativamente baixo. A título de comparação, este parágrafo contém aproximadamente 1000 caracteres.

15 O registro de corte dos discursos está melhor disposto no Apêndice 1.

primeiro fala menos sobre Esforço Individual do que o segundo, mas não necessariamente isso acontece por falta de interesse. Para contornar o problema, se utilizou uma contagem de falas relativas, ou seja, não o número de discursos do deputado sobre o tema, mas este número dividido pela quantidade de vezes que ele discursou. Com a abordagem proposta, se espera que os dados mostrem a preferência de tema de cada um, se reduzindo o efeito da relação do orador com a liderança partidária. Além disso, se reduz o efeito da aleatoriedade na escolha dos selecionados para o Longo Expediente. Voltando ao exemplo, se o deputado preferido proferir 9 discursos, sendo 3 sobre Esforço Individual (30%), se dirá que ele centraliza menos seus discursos no tema do que o preterido pela liderança, se este abordá-lo em duas de cinco falas (40%).

O segundo problema é o da pluralidade de temas dentro de um mesmo discurso. Diferenças de tempo podem permitir que mais de um tema seja abordado. Como apontado, o Longo Expediente, com discursos de até 25 minutos, pode ter mais de um tema, o que é menos esperado no Pequeno Expediente, cujo tempo se limita a 5 minutos. Isso é contornado de duas formas, sendo uma delas, um complemento à primeira metodologia apresentada, e outra, uma nova metodologia:

1. Divisão com “caixa fechada”: o tema de cada discurso é atribuído pela contagem de palavras-chave dentro dele.
  - a. Caso um segundo tema tenha mais do que 75% das palavras-chave da temática mais abordado no discurso, a fala é considerada multitemática, e tanto o primeiro, quanto o segundo tema são levados em conta<sup>16</sup>.
2. Divisão com “caixa aberta”: o total de palavras-chave, de cada tema, ditas pelo deputado em cada legislatura é dividida pelo número total de palavras ditas por ele no mesmo período.

Foi utilizado o termo “caixa aberta” pois os discursos não foram contados individualmente, e sim aglutinados, como se fosse tirados dos seus lugares. Nessa metodologia 2, é como se todos os discursos do deputado em determinada legislatura fossem mesclados em um grande texto e as palavras-chave fossem buscadas no seu interior, não mais

---

16 Por exemplo, se em dado discurso existam 10 palavras-chave sobre punitivismo e 8 sobre religião, sendo esses dois os grupos mais relevantes, o discurso será classificado como um discurso sobre punitivismo e religião.

se fazendo distinção entre falas. Ela também soluciona o primeiro problema apontado na metodologia número 1, já que utiliza números relativos, e não totais. Sem a subdivisão dos discursos, é possível traçar um panorama geral da atuação do parlamentar, se perdendo a contagem de quantas vezes cada tema foi abordado, mas ganhando um medidor melhor de ênfase do tema para o deputado na legislatura, já que não iguala discursos longos e curtos sobre temas.

Tabela 3 - Tabela temática

Tema	Palavras
<b>Religião</b>	anjo, bíblia, bíblico, Cristo, Deus, divindade, divino, evangelho, evangélico, igreja, Jesus, milagre, oração, sagrado, versículo
<b>Esforço Individual</b>	empreendedor, empreendedorismo, empreender, empresa, empresário, finanças, investimento, microempreendedor, microempresa, microempresário, negocio
<b>Punitivismo</b>	operação, policial, prisão, impunidade, judiciário, punição, responsável, depoimento, corrupção, CPI, investigação, homicídio, morte, solidariedade, vítima, ocorrência, pública, segurança, combate, violência, polícia, militar

Tabela 3: Palavras-chave de cada tema. A categoria Punitivismo foi inspirada na junção de duas categorias de palavras do trabalho de Izumi (2015), violência e corrupção, mas há diferenças. Fonte: O autor, 2022.

Os textos foram tratados com base na metodologia utilizada por Izumi (2015), Moreira (2016) e Izumi e Moreira (2018). Foram retiradas as pontuações, números, letras maiúsculas, artigos, acentos, caracteres especiais, pronomes, preposições e outras *stop words*<sup>17</sup>, além de palavras que apareceram apenas em menos de 1% dos discursos e em mais de 99% deles, com exceção das palavras que aparecem na Tabela 3. Para reduzir inclinações de gênero e quantidade, as palavras foram reduzidas em “raízes”, com o processo de *stemming*. Assim, a raiz “deputad” é utilizada como derivação de “deputado”, “deputada”, “deputados” e “deputadas”. Tanto este processo quanto o conjunto de *stop words* foram feitos com base no Projeto Snowball<sup>18</sup> para língua portuguesa. Os discursos monotemáticos enquadrados nos

<sup>17</sup> *Stop words* são palavras utilizadas com muita frequência na língua portuguesa, mas que não dizem muito sobre o teor do texto, como “e”, “isso”, “aquilo”, etc.

<sup>18</sup> Acessível em <<https://snowballstem.org/>> último acesso em: 03/08/2022.

temas foram, também, alvo de apuração sentimental quantitativa, para se estudar se os parlamentares estavam endossando ou rejeitando os assuntos.

Após esses processos, os discursos passaram por um novo filtro de caracteres, eliminando aquelas falas com menos de 100, sobrando, no total, mais de 202 mil para a análise no trabalho. Sete deputados, indicados pelo DIAP como evangélicos, não fizeram qualquer discurso que se encaixasse nos parâmetros de corte do trabalho, entre 2019 e 2021, seis entre 2015 e 2018, dois entre 2011 e 2014, mesmo número do quadriênio anterior.

A Tabela 3 relaciona as palavras-chave que foram buscadas nos textos com sua temática. Foram utilizados apenas três cortes, pois são os mais pertinentes ao trabalho, não havendo real necessidade de se categorizar discursos em temas como saúde e esporte. A adição de mais categorias pode ser feita, mas isso dificultaria a análise aqui proposta. Assim, deve-se reconhecer que um discurso classificado como religioso não seja, necessariamente, uma fala religiosa, mas como um discurso com teor religioso, já que ela pode se tratar, também, de um tema não especificado no trabalho.

O tema Esforço Individual foi adicionado por conta da teologia da prosperidade, que é uma das bases tanto da Universal, quanto da Assembleia de Deus. Pela filosofia, a recompensa monetária é uma benção divina aos que cumprem suas obrigações religiosas e são esforçados. Nascimento (2019, p.275) apontou que a Universal é uma organização focada em autoajuda e empreendedorismo, sendo este um mecanismo de prosperidade financeira. Smith (2019, p.65), porém, encontrou resistência à ideia dentro da Assembleia de Deus. Martin (1995) notou que os valores do empreendedorismo já estavam espalhados pelas igrejas protestantes da América Latina, mas com resistência apenas entre os membros das gerações mais velhas. Isso é corroborado por Almeida (2017), que aponta a existência de atuação política pró-meritocracia, com lastros religiosos, por igrejas evangélicas, principalmente pela AD. Estabelecendo relação entre essa igreja e o PSC, Valle (2018), identifica um comportamento legislativo conservador na economia e na política, o que também será abordado.

A categoria Punitivismo engloba palavras relacionadas à Corrupção e à Violência (segurança pública), do trabalho de Izumi (2015), com pequenas alterações. Ela está presente no trabalho por Almeida (2017) ter apontado, também, uma relação de grupos evangélicos com o tema. Receoso de que a Lava Jato teria colocado no debate cotidiano, termos

específicos sobre corrupção, retirando o sentido punitivista dessas palavras, foram feitos testes utilizando apenas a parte da segurança pública do punitivismo, mas os resultados foram similares, por isso optou-se por manter a categoria aglutinada.

Todas as palavras da Tabela também passaram por processo de *stemming*. Em casos de existência de palavras que se tornaram iguais após o *stemming*, apenas uma foi contada. Voltando ao exemplo da palavra “deputado” e “deputada”, após o *stemming*, ambas ficariam iguais como “deputad”, então somente essa raiz seria usada como palavra-chave para busca nos discursos. Sendo assim, não há necessidade de preocupação com possíveis palavras parecidas na Tabela 3. Adotou-se, ainda, o critério da necessidade de pelo menos cinco palavras-chave (contando repetição da mesma) estarem contidas no discurso para ele ser classificado tematicamente. Tanto este, quanto o segundo filtro de caracteres foram utilizados para reduzir chances de resultados aleatórios.

Ao final, a base de dados abrangeu os nomes dos deputados, seus partidos, os estados que representam na Câmara, sua religião (entre as nove categorias supracitadas), os discursos, a data em que foram proferidos e seus temas.

Cerca de 83,5% dos discursos não foram enquadrados em nenhuma categoria, na metodologia de “caixa fechada”. O número alto de discursos não enquadrados em temas não é prejudicial ao trabalho, pois apenas temas de interesse serviram para buscar correspondência. A adição de mais temas fatalmente faria com que o número de textos catalogados aumentasse. Em torno de 1% dos discursos foram enquadrados em duas categorias. Nenhum discurso teve três categorias empatadas como a principal, então não houve falas com triplo encaixe. Se espera que mais discursos se enquadrem em categorias com mais palavras, já que quanto mais possíveis buscas, mais chance de enquadramento. Assim como em Izumi (2017), na análise da metodologia de “caixa fechada”, discursos com mais de uma classificação foram duplicados, cada um ganhando uma das classificações. Isso torna a base de dados mais suscetível a testes estatísticos.

Na metodologia de “caixa aberta”, para diminuir o peso de *outliers*, se limitou o número máximo de palavras-chave dentro de cada discurso a 15, em cada tema. Na metodologia anterior, se um discurso tivesse um número exagerado de determinado tema, não faria diferença, já que o discurso seria enquadrado na temática apenas uma vez, já na “caixa aberta”, uma fala nesse sentido pode viesar toda a amostra, por isso o mecanismo de censura.

Dentre os mais de 200 mil discursos, o mecanismo afetou 146 falas, com a capacidade máxima sendo atingida 11 vezes na temática de Religião, 59 vezes na temática de Esforço Individual e 76 na de Punitivismo. Levando em conta que menos de 0,1% das contagens nas falas sofreram censura, esta parece uma pena barata a se pagar para eliminar discursos com excesso de palavras-chave, que podem viesar os resultados. Já o mecanismo de duplicação de discursos, utilizado na metodologia anterior, não precisou ser feito na metodologia de “caixa aberta”, já que se é utilizado o somatório das palavras-chave nos discursos de cada grupo.

Uma análise subdividida por legislaturas mostrou-se também necessária, por dois motivos. O primeiro é que Almeida (2017) nota o surgimento de uma “onda conservadora” no Brasil, por volta de meados da década de 2010, e associa evangélicos a ela, enquanto Mariano (2016) aponta para um recrudescimento do conservadorismo moral evangélico, por volta do mesmo período, o que é testável. Outro motivo é que é comum na literatura que se analise a bancada evangélica como sinônimo de Frente Parlamentar Evangélica (SANTOS e SAMPAIO, 2015, ROCHA, SILVA e BARRETO, 2021, SMITH, 2019), o que foi apontado por Cerqueira (2017 e 2021). O novo corte buscará, então, entender também se existe similaridade no comportamento das duas instituições.

### 3.1.2 Enquadramento no Eixo Esquerda-Direita

Para fazer o enquadramento os subgrupos no eixo político esquerda-direita, será utilizado o *wordscore*. Esta é uma metodologia de *machine learning* que objetiva enquadrar grupos em diferentes pontos de um *continuum* com base em textos de referência. No caso, será usado para enquadrar grupos –partidários e religiosos- no espectro esquerda-direita, com base nos discursos. Foi feito seguindo Izumi e Moreira (2018).

Nessa metodologia, todos os discursos proferidos pelos integrantes de cada grupo são aglutinados em uma única variável. Depois disso, como o nome dá a entender, palavras que o algoritmo “entende” como sendo de esquerda ou de direita recebem uma pontuação, e a agregação da pontuação das palavras ditas por cada grupo dá o somatório geral do grupo. Isso permite assimilá-los no espectro esquerda-deireita.

Os grupos escolhidos para entrarem nessa metodologia foram todos os partidos cuja quantidade de discursos proferidos no intervalo temporal foi maior do que 1% do total, o que

representa 17 partidos. Também foram incluídas as oito categorias religiosas (retirando o clero das igrejas históricas).

Para distribuir os grupos no espectro esquerda-direita, foi utilizada na metodologia, uma pontuação previamente dada. Esse mecanismo funciona da seguinte forma: são atribuídos valores aos discursos dos grupos cuja atuação já se saiba de antemão se são de esquerda, centro, ou de direita. Quanto mais à esquerda o grupo é, um valor mais próximo de -1 é atribuído, e quanto mais próximo da direita, mais próximo a 1. Apenas alguns grupos são identificados com valores, e são chamados de *training set*. Baseado nisso, o algoritmo estima o posicionamento de cada um dos outros grupos, o *test set*.

Para estimar os posicionamentos, é contado o quão provável é para cada palavra aparecer nos grupos cujo posicionamento é conhecido de antemão, ou seja, o quão provável uma palavra ser de direita, centro ou esquerda. O valor atribuído ao grupo é multiplicado à quantidade de vezes que aparece em cada um deles, e uma média ponderada é feita para cada palavra, podendo assim, identificar o quão perto os outros grupos estão aqueles cujos valores foram atribuídos manualmente. As pontuações individuais das palavras são dadas por  $S_{pd} = \sum_r (P(r|p) \times A_{pd})$ , onde  $P(r|p) = \frac{P(p|r) \times P(r)}{P(p)}$  é a probabilidade de observar o documento de referência  $r$ , dado que observamos a palavra  $p$ , e  $A_{pd}$  é a posição política da palavra  $p$  na dimensão  $d$ .

Um exemplo: Todos os partidos falaram o mesmo número de palavras, 1000. A palavra “internet” foi dita 5 vezes pelo partido A, de esquerda, cujo valor foi previamente definido como -1, 15 vezes dita pelo partido B, de centro, de valor 0, e 20 vezes pelo partido C, de direita, com valor 1. A palavra “internet”, então, ocupa  $40/1000 = 0,04$  do total de palavras. Assim, a chance de aparecer em cada um dos textos, individualmente, dado que observamos a palavra “internet”, será de 12,5% ( $0,005/0,04$ ), 37,5% ( $0,015/0,04$ ) e 50% ( $0,02/0,04$ ), respectivamente. Então, a pontuação, e sua posição política seria de  $0,125(-1) + 0,375(0) + 0,5(1) = 0,375$ . Ou seja, seria uma palavra com valor positivo, indicando ser mais associada com a direita do que com a esquerda.

Com a pontuação de todas as palavras encontradas nos textos de referência, o algoritmo pode pontuar, então, as palavras dos outros textos, classificando-os. Para isso, se utiliza mecânica similar,  $S_{td} = \sum_r (P(p|t) \times S_{pd})$ , onde  $P(r|t)$  é a probabilidade de se

observar a palavra  $p$  no documento do conjunto *test set*  $t$ . Por conta da diferença no número de palavras em cada texto, é preciso padronizar os números utilizando a fórmula  $S_{td} - (S_{td} - \bar{S}_{td}) \left( \frac{SD_{rd}}{SD_{td}} \right) + \bar{S}_{td}$ , onde  $\bar{S}_{td}$  é o score médio dos textos do conjunto *test*, e  $SD_{rd}$  e  $SD_{td}$  são os desvios-padrão dos dois conjuntos de textos. A variância do conjunto dos resultados é dada por  $V_{vd} = \sum_p P(p \vee r) (S_{pd} - S_{td})^2$ . Toda a formulação matemática foi tirada do texto de referência.

Voltando ao exemplo, o algoritmo irá “procurar” em cada texto do *test set* onde se encontra a palavra “internet”, dando, a cada um deles, o valor de 0,375. Se faz o mesmo procedimento para cada uma das palavras ditas pelos partidos do *training set*, com cada uma tendo um valor diferente. No final, o somatório dos valores de cada grupo dará o posicionamento político do texto.

Os discursos utilizados como referência nas pontuações foram baseados no trabalho de Zucco e Power (2021), em que os autores encaixam no eixo esquerda-direita os partidos políticos brasileiros, com base em pesquisa de opinião dos seus próprios deputados ao longo do tempo. No trabalho, os extremos foram dados por PSOL e Democratas, por isso aqui estes partidos foram os escolhidos, inicialmente, para serem marcados como esquerda e direita, e carregaram o valor de -1 e 1. Para representar o centro, a escolha foi mais difícil, pois Zucco e Power mostram que nenhum partido se manteve exatamente no centro, já que MDB caminhou para a direita ao longo do tempo. Por isso foi escolhido não representar exatamente o centro, mas suas adjacências, marcando MDB com 0,2 e PDT com -0,2. Com base nessas escolhas, os outros 13 partidos e 8 conjuntos religiosos puderam ser enquadrados no eixo.

A escolha do PSOL, porém, não se mostrou a mais acertada, pois nessa metodologia, o partido é um *outlier*, pontuando mais de sete vezes mais à esquerda do que o partido mais próximo, o PCdoB (-0,037 contra -0,005 pontos), sendo que este ficou mais próximo do DEM (0,017 pontos) do que do próprio PSOL. Isso provavelmente aconteceu por causa de justamente uma das falhas da metodologia, que é a de não enquadrar bem os grupos que tenham um tipo de linguagem específica, com uso de termos únicos, exigidos no debate de temas particulares.

O PSOL é notoriamente um dos maiores defensores de minorias sociais, e trouxe à pauta novos debates sobre o tema. Assim, o algoritmo provavelmente identificou como sendo a representação de esquerda, palavras que são usadas majoritariamente apenas pelo PSOL,



pois temáticas novas exigem palavras novas, e uma frequência diferente do uso de palavras compartilhadas. Como, no Wordscore, a pontuação de todos os grupos depende dos parâmetros imputados, toda a amostra foi prejudicada e os resultados não condisseram com a real ideologia dos partidos. Sendo assim, optou-se por escolher, como representante do discurso da esquerda, o segundo partido mais à esquerda, no trabalho de Zucco e Power, o mais “tradicional” PCdoB. Já que apenas palavras contidas no grupo *training set* são pontuadas, essa segunda tentativa não apresentou *outliers* e, então, se mostrou mais apto a servir de parâmetro para se tirar conclusões, tendo sido a apresentada no trabalho. A versão com o PSOL está disponível no Apêndice 2.

Este capítulo apresentou as bases de dados e os instrumentos escolhidos para averiguar as hipóteses levantadas no trabalho. Assim, os resultados obtidos com sua utilização estarão apresentados no capítulo seguinte.

## 4 RESULTADOS

Este capítulo beberá do que foi levantado nos anteriores para, enfim, apresentar o que foi averiguado. Seguindo a ordem inicial de apresentação das hipóteses, primeiro se analisará a temática dos discursos e, em seguida, a colocação no eixo ideológico esquerda-direita. As sessões sobre a onda conservadora e sobre a Frente Parlamentar Evangélica são as duas que fecham o capítulo.

### 4.1 Discursos Temáticos

#### 4.1.1 Caixa Fechada

A análise empírica começará com a abordagem da temática faladas nos discursos. Para isso, se apresentarão os resultados “caixa fechada”, cujas metodologia envolveu a falas serem classificadas como pertencendo a cada um dos temas –ou não classificadas–, o que foi, então, dividido pela quantidade total de falas, para cada grupo.

Como explicitado anteriormente, cada fala necessitou de 5 palavras-chave para ser enquadrado em uma categoria. Proporções parecidas, para todas as categorias, foram obtidas, também, quando se buscou por uma necessidade mínima de duas palavras-chave para o discurso ser classificado. O tamanho das proporções tem a ver com o quanto se fala sobre o tema, mas também com o número de palavras-chave vinculadas ao tema foram buscadas. Lê-se a tabela a seguir como evangélicos tendo tido 6,35% de suas falas enquadradas na temática do Esforço Pessoal, sendo que 15% desses discursos foram enquadrados como rejeição ao assunto, 9% neutras e 76% como endosso, por exemplo.

Tabela 4 - Metodologia “Caixa Fechada” – Geral

Grupo	Centralidade	Opinião		
		Negativa	Neutra	Positiva
<i>Temática Religiosa</i>				
Evangélicos	0,0492	<i>Temática sem avaliação de opinião</i>		
Não-Evangélicos	0,0072			
<b>Todos os Deputados</b>	0,0109			
<i>Temática do Esforço Pessoal</i>				
Evangélicos	0,0635	0,15	0,09	0,76
Não-Evangélicos	0,0868	0,21	0,10	0,69
<b>Todos os Deputados</b>	0,0848	0,19	0,11	0,69
<i>Temática do Punitivismo</i>				
Evangélicos	0,2146	0,26	0,11	0,63
Não-Evangélicos	0,1851	0,27	0,11	0,63
<b>Todos os Deputados</b>	0,1877	0,27	0,11	0,63

Legenda: Tabela 4 - Discursos relativos, dos grupos agregados, com metodologia de "caixa fechada". Dados para o período entre o início de 2007 e o final de 2021. A coluna Opinião indica se a centralidade da temática no mandato do deputado é devido a sua atuação contra ou a favor o tema. Fonte: O autor, 2022.

O primeiro resultado que chama atenção está justamente na diferença de centralidade dada a temática Religiosa por evangélicos e não-evangélicos. Isto é, deputados desse campo religioso tiveram 4,92% dos discursos enquadrados na categoria, enquanto entre os outros, 0,72%, uma diferença de aproximadamente 7 vezes. Pela maior representatividade dos não-evangélicos dentro da população de todos os deputados, seus resultados ficaram próximos não apenas no tema de religião, mas também nos outros abordados.

A segunda categoria, Esforço Pessoal, foi inserida para se analisar deputados evangélicos e pastores-deputados poderiam ser porta-vozes de *valores* de suas igrejas, ao menos na chave da prosperidade material, via empreendedorismo, uma das bases da Universal (NASCIMENTO, p. 274-275), mas também de outras igrejas (MARTIN, 1995). Os resultados, porém, não foram os esperados. Deputados evangélicos tiveram menos discursos com teor desta categoria do que deputados de outras religiões, com significância estatística de

1% (p-valor  $\approx 0,00$ )<sup>19</sup>, o que é um resultado não esperado. Olhar mais atento sobre como esse resultado aconteceu poderá ser feito nas tabelas seguintes, com categorias abertas em igrejas, primeiramente contemplando os fiéis e, em seguida, os cleros.

Em relação à análise sentimental dos deputados sobre a temática, a metodologia captou que os grupos demonstraram opiniões de endosso, rejeição e neutralidade razoavelmente parecidas, o que exclui a possível interpretação de que as falas de não-evangélicos estavam sendo infladas por manifestações contrárias ao tema e as dos evangélicos, por manifestações a favor. De fato, existe sim uma avaliação mais positiva entre os evangélicos, entorno de 7 p.p., mas não explica a diferença de aproximadamente 36% mais manifestações não-evangélicas que evangélicas.

Por fim, o tema do Punitivismo, incluído para medir uma faceta do conservadorismo, que não tem relação com a religião, mostra que, nesse sentido, deputados evangélicos são mais conservadores do que deputados não-evangélicos, com significância estatística de 1% (p-valor  $\approx 0,00$ ). Nessa medição, cerca de 16% a mais, sendo o resultado melhor explorado nas tabelas seguintes. Assim como no tema anterior, o endosso e rejeição dos deputados são parecidos, entre evangélicos e não-evangélicos, indicando que a opinião sobre o tema pouco varia entre os grupos, mas há mais ênfase entre os evangélicos.

---

<sup>19</sup> Todos os p-valores desse capítulo são referentes ao teste t, usado para comparar médias.

Tabela 5 - Metodologia “Caixa Fechada” – Fiéis

Grupo	Centralidade	Opinião		
		Negativa	Neutra	Positiva
<i>Temática Religiosa</i>				
Fiéis IURD <sup>‡</sup>	0,0141	<i>Temática sem avaliação de opinião</i>		
Fiéis AD	0,0542			
Fiéis Históricas	0,0237			
Fiéis Outras Pentecostais	0,0158			
<b>Todos os Fiéis</b>	0,0276			
<i>Temática do Esforço Pessoal</i>				
Fiéis IURD <sup>‡</sup>	0,0538	0,21	0,15	0,65
Fiéis AD	0,0590	0,22	0,10	0,69
Fiéis Históricas	0,0784	0,18	0,10	0,72
Fiéis Outras Pentecostais	0,0637	0,21	0,12	0,67
<b>Todos os Fiéis</b>	0,0672	0,20	0,11	0,69
<i>Temática do Punitivismo</i>				
Fiéis IURD <sup>‡</sup>	0,3513	0,21	0,11	0,68
Fiéis AD	0,2206	0,26	0,14	0,60
Fiéis Históricas	0,1847	0,26	0,09	0,64
Fiéis Outras Pentecostais	0,1909	0,30	0,11	0,58
<b>Todos os Fiéis</b>	0,2063	0,27	0,11	0,62

Legenda: Tabela 5 - Discursos relativos, dos grupos de fiéis, com metodologia de "caixa fechada". Dados para o período entre o início de 2007 e o final de 2021. ‡Categoria com abrangência temporal reduzida, contando apenas entre 2011 e 2021.

Fonte: O autor, 2022.

A Tabela 5 evidencia a heterogeneidade dos subgrupos religiosos entre os fiéis. A primeira categoria, a Religiosa, mostra que os fiéis da Universal proferem quase quatro vezes menos discursos com esse teor do que os da Assembleia de Deus. Os das Históricas se encontram em meio-termo entre os extremos, enquanto os comportamentos dos das outras pentecostais foi identificado como sendo mais parecido com os da Universal. Todos os grupos apresentaram mais centralidade no tema do que os deputados não-evangélicos, sendo que o grupo de fiéis com resultado menor teve mais de duas vezes mais centralidade do que eles (dado apresentado na Tabela 4).

Na temática de Esforço Pessoal, todos os grupos se mostram abaixo dos não-evangélicos, mesmo os fiéis de igrejas históricas (1%, com p-valor  $\approx 0,00$ ). Isso evidencia que, ao menos em relação os subgrupos de fiéis, os resultados não foram puxados por um *outlier*. Novamente o estudo dos sentimentos não mostra que algum grupo tenha centralizado o discurso no tema do Esforço Pessoal, nem no seguinte, para fazer propaganda negativa estes.

Resultado parecido é encontrado na temática do Punitivismo, mas este apresenta mais heterogeneidade interna, com o grupo da Universal sendo quase duas vezes mais conservador do que os deputados fiéis das igrejas históricas. Este é um dado interessante, não tendo sido abordado pela literatura, ainda.

Chama atenção a centralidade do tema para os fiéis da Universal, com média quase duas vezes maior do que a dos não-evangélicos. Ainda nessa toada, o resultado do clero da AD foi menor do que o dos não-evangélicos (p-valor  $\approx 0,00$ ). Já a média dos fiéis das igrejas históricas foi estatisticamente igual ao dos não-evangélicos (p-valor = 0,9428, não rejeitando que sejam diferentes). Isso mostra que nem todos os grupos têm resultados maiores do que os não-evangélicos, reforçando a importância de se atentar para a heterogeneidade desse agrupamento religioso na Câmara.

Sobre o clero, cujos resultados estão na tabela seguinte, os valores estão em linha com o que é esperado na temática Religiosa. Todos os subgrupos mostraram mais teor religioso nos discursos do clero do que fiéis, com menor diferença entre os grupos da IURD, mas mesmo entre estes, a média do clero foi maior, com nível de significância estatística de 1% (p-valor do teste t = 0,0046). É, ainda, intrigante constatar que mesmo os fiéis da AD tiveram seus discursos duas mais vezes encaixados na categoria, relativamente, que o Clero da IURD. Pode-se entender esta baixa centralidade religiosa como um sinal do viés pragmático da Igreja na política, apontado por Valle (2018) e Nascimento (2019, p.358).

Os membros da Igreja Assembleia de Deus, tanto entre fiéis, quanto entre aqueles que pertencem aos cleros, são os que mais centralizam seus discursos no tema religioso. Por essa métrica, o oposto é válido para a IURD, com exceção de uma igualdade estatística entre seus fiéis e os da categoria de outras igrejas pentecostais (não rejeita que são diferentes, p-valor = 0,1021).

Tabela 6 - Metodologia “Caixa Fechada” – Clero

Grupo	Centralidade	Opinião		
		Negativa	Neutra	Positiva
<i>Temática Religiosa</i>				
Clero IURD	0,0231	<i>Temática sem avaliação de opinião</i>		
Clero AD	0,1459			
Clero Outras Pentecostais	0,1204			
<b>Todos os Cleros</b>	0,0868			
<i>Temática do Esforço Pessoal</i>				
Clero IURD	0,0802	0,24	0,10	0,66
Clero AD	0,0532	0,19	0,09	0,72
Clero Outras Pentecostais	0,0543	0,08	0,16	0,76
<b>Todos os Cleros</b>	0,0567	0,19	0,10	0,70
<i>Temática do Punitivismo</i>				
Clero IURD	0,2358	0,25	0,07	0,68
Clero AD	0,1521	0,30	0,15	0,55
Clero Outras Pentecostais	0,2595	0,18	0,14	0,68
<b>Todos os Cleros</b>	0,2288	0,25	0,11	0,64

Legenda: Tabela 6 - Discursos relativos, dos grupos de cleros, com metodologia de "caixa fechada". Dados para o período entre o início de 2007 e o final de 2021.

Fonte: O autor, 2022.

Sendo assim, notam-se três padrões gerais nessa categoria de Religião: fiéis centralizam menos seus discursos na religião, comparados aos pastores-deputados, membros da AD centralizam mais os discursos no tema religioso e da IURD, menos.

No Esforço Individual, resultado contra intuitivo foi que os pastores-deputados da Universal foi o grupo clerical com mais discursos com teor dessa temática, porém seu resultado ainda é menor do que a média dos deputados não-evangélicos, embora sem significância estatística (p-valor = 0,1427).

Outro resultado contra intuitivo foi a relativa pouca abordagem do tema Punitivismo pelo clero da Assembleia de Deus. Se pensarmos conservadorismo abrangendo tanto a religião como o punitivismo, esperaríamos que o grupo que mais fala sobre religião fosse o mais conservador e, em consequência, falasse mais sobre punição. Porém não é isso que

acontece. Mesmo utilizando metodologia para captar discursos com mais de um tema, os dados ainda mostram pastores-deputados da AD dando menos centralidade ao tema e, além disso, tendo o agravante de este ser o tema estudado mais mal avaliado por um subgrupo, considerando todos os subgrupos. Isso juntamente com os resultados obtidos para Esforço Pessoal, mostra que a atuação dos deputados evangélicos é, na verdade, mais complexa do que serem representantes ferrenhos de valores ligados ao espectro da direita.

Possíveis interpretações dos resultados podem ser feitas, mas estas não serão aqui testadas, são questões em aberto para trabalhos futuros. Entre os resultados da IURD e da AD, é possível entender a centralidade religiosa ser mais alta na segunda, e isso teria a ver com a candidatura oficial. Enquanto o deputado fiel da IURD não tem chance de ser bancado como candidato oficial na próxima eleição, a menos que entre para o próprio corpo clerical da igreja, o deputado da AD tem. O discurso religioso do fiel da AD poderia ser uma sinalização para a liderança da igreja de que ele é merecedor da confiança da igreja. Outra explicação, mais direta, seria a diferença dos dogmas religiosos entre as igrejas. Essa segunda explicação tem limitação, já que entre o clero (tabela seguinte), os resultados da AD são parecidos com os das demais igrejas evangélicas, o que não acontece entre os fiéis das duas categorias.

Sobre o Punitivismo entre membros da Universal, uma possível linha de abordagem para melhor compreensão do resultado poderia ser a geográfica. A IURD é um fenômeno urbano, com concentração nas grandes cidades, talvez isso afete o resultado, mas é uma questão em aberto.



## 4.1.2 Caixa Aberta

Tabela 7 - Metodologia “Caixa Aberta”

Grupo	Religião (x10 <sup>3</sup> )	Esforço Pessoal (x10 <sup>3</sup> )	Punitivismo (x10 <sup>3</sup> )
Evangélicos	0,3027	0,4568	0,6772
Não-Evangélicos	0,0664	0,6036	0,6438
Todos os Fiéis	0,1782	0,4998	0,6648
Todos os Cleros	0,5251	0,3955	0,7457
Fiéis IURD <sup>‡</sup>	0,1195	0,4155	0,9393
Fiéis AD	0,3709	0,4354	0,8255
Fiéis Históricas	0,1470	0,5078	0,5247
Fiéis Outras Pentecostais	0,1846	0,5001	0,6959
Clero IURD	0,1337	0,4351	0,6750
Clero AD	0,8487	0,3624	0,6348
Clero Outras Pentecostais	0,8380	0,3698	0,7724
Total	0,0927	0,6026	0,6494

Tabela 7: Palavras-chave relativas, em diferentes grupos, com metodologia de "caixa aberta". Dados para o período entre o início de 2007 e o final de 2021. Para melhor visualização e compreensão dos dados, todos os valores foram multiplicados por 10<sup>3</sup>. <sup>‡</sup>Categoria com abrangência temporal reduzida, contando apenas entre 2011 e 2021. Fonte: O autor, 2022.

A Tabela 7 mostra as palavras-chave relativas de cada grupo. Nela, os termos buscados são divididos pela quantidade total de palavras ditas por cada uma das clivagens. Para melhor visualização e compreensão dos resultados, todos os valores foram multiplicados por 1000. No caso dos não-evangélicos, por exemplo, o resultado original não foi de 6,64% das suas palavras sendo religiosas, e sim 0,00664%.

Por essa segunda metodologia, muitas das relações apontadas anteriormente se repetem. Na categoria Religião, há mudanças não-proporcionais em alguns valores, mas não mudam o panorama geral apontado anteriormente, com fiéis falando menos palavras desse tema, e o clero falando mais, e os membros da AD centralizando seus discursos mais, em contraposição aos da IURD.

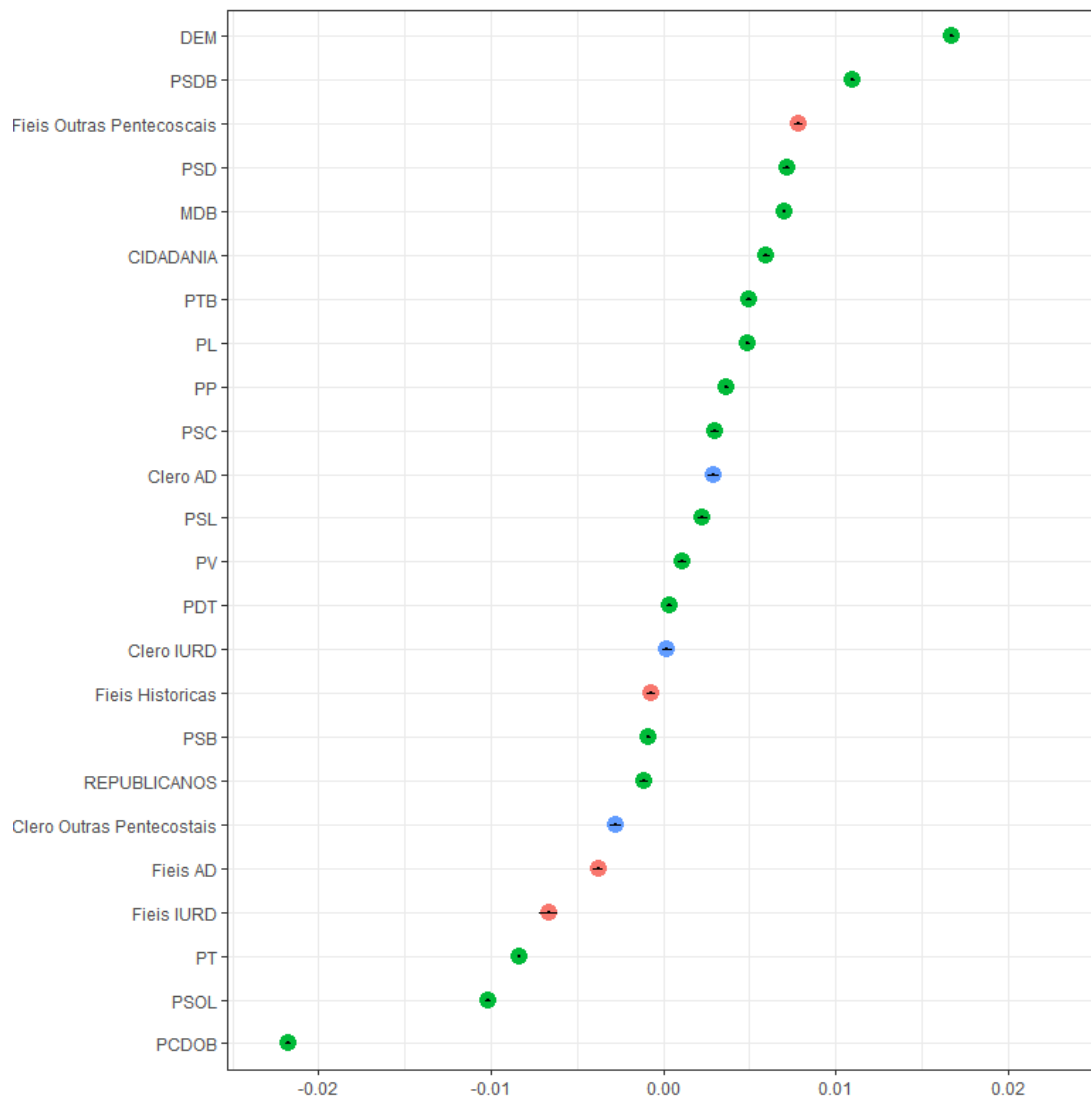
Na segunda categoria, de Esforço Pessoal, a contra-intuição geral, dos não-evangélicos mais representativos, permanece, mas todas as categorias de fiéis passam a ter valores maiores do que as dos cleros. O resultado da categoria Punitivismo também permaneceu parecido com o anterior, com os grupos estudados sendo mais representativos do que não-evangélicos, mas os fiéis da AD e membros da categoria que reúne o clero das outras pentecostais também

parecem com centralidade grande. Os fiéis das igrejas históricas tendo menos falas punitivistas, nessa metodologia, do que os não-evangélicos.

A metodologia da “caixa aberta” serviu para aumentar a robustez dos resultados, pois eles foram parecidos com os encontrados na metodologia anterior. Em suma, há indícios de que evangélicos abordam mais a temática Religiosa na Câmara, e isso é feito, principalmente, pelos pastores-deputados, em maior escala especificamente os da Assembleia de Deus. Não se achou indício de que deputados ligados à Universal ou outras igrejas abordem mais um dos valores da teológicos do que os deputados não-evangélicos, no caso o valor do esforço individual. Por fim, os números mostraram que os deputados evangélicos abordam mais vezes uma das facetas do conservadorismo, o punitivismo, do que os deputados não-evangélicos.

## 4.2 Espectro Político Esquerda-Direita

Gráfico 1 - Posicionamento dos grupos com base no wordscore



Legenda: Gráfico 1: distribuição no espectro esquerda-direita dos partidos políticos brasileiros e três cleros, feito com base em discursos parlamentares. Valores negativos são associados a atuações de esquerda, enquanto valores positivos, de direita. Em vermelho estão representados os fiéis, e em azul, os grupos clericais e, em verde, os partidos políticos.

Fonte: O autor, 2022.

A distribuição gráfica opõe PCdoB, PSOL, PT e PSB de um lado, DEM, PSDB, MDB e PSD do outro. A maioria dos grupos, porém, se situa mais próximo à centro-direita do que à centro-esquerda, com valores próximos, uns dos outros, com destaque para a distância dos partidos utilizados como base para o modelo, assim como para PSOL e PT.

Alguns dos resultados não estão dentro do esperado, como a posição do Cidadania, PDT e MDB, mas é importante lembrar que essa metodologia utiliza apenas discursos

legislativos, que é parte da atuação dos deputados, mas não ela toda. Também não leva em conta tópicos particulares de partidos.

É interessante notar que a atuação do Clero da AD, em questão de fala, é similar à dos partidos cujo agrupamento é conhecido como “centrão”, Solidariedade, PP, PTB, PSC, etc. É um comportamento distinto dos outros dois agrupamentos clericais. Chama atenção a proximidade destes com o Republicanos, e isso é um resultado empírico direto do que Cerqueira (2021) apontou. A pesquisadora constatou que é o próprio clero da Universal que controla o partido. Nada mais esperado, então, do que a atuação deste e daquele serem parecidas. Também é notório a proximidade do clero da IURD com o do grupo do clero das outras igrejas pentecostais, o que indica que, a pesar das diferenças em temas específicos, os dois conjuntos clericais têm atuação parecida. Esses fatos, junto com a proximidade do clero da AD com o PSC, partido que tem ligação com a igreja, dão confiabilidade aos cálculos.

Os resultados estão de acordo com Valle (2018), que apontou o PSC –como uma *proxy* dos seus quadros religiosos, da AD- como um partido conservador, defensor da “família tradicional”, resistência às políticas de direitos humanos e mudanças na legislação sobre aborto, já o PRB/Republicanos, -como uma *proxy* da IURD- busca dialogar com diversos setores da sociedade, não se mostrando um partido conservador ou de esquerda, não se comprometendo ideologicamente.

Contra-intuitivamente, os fiéis da IURD e AD foram enquadrados no espectro da esquerda. Com pontuação distante, grupo estudado que mais se destacou como parte da direita foi o grupo dos fiéis das outras igrejas pentecostais, só ficando atrás do PSDB e DEM. Isso mostra, mais uma vez, que a bancada evangélica é heterogênea em seus discursos no plenário.

Talvez o principal resultado que se pode extrair do *wordscore*, quando comparado às metodologias anteriores, seja que existem pautas caras aos evangélicos, e eles são mais atuantes nessas pautas do que deputados não-evangélicos, porém o tema da meritocracia, por exemplo, comumente associados à direita, e mesmo associado a atuação dos próprios evangélicos, são menos importantes para eles do que para não-evangélicos.

Dito isso, longe de ter uma atuação legislativa de direita radical, apesar de defesas pontuais em temáticas associadas ao espectro, a maior parte dos grupos evangélicos têm uma atuação mais pragmática do que a literatura aponta. Isso implica que existem pautas sobre as quais os discursos dos evangélicos são mais alinhados aos da esquerda do que aos da direita.

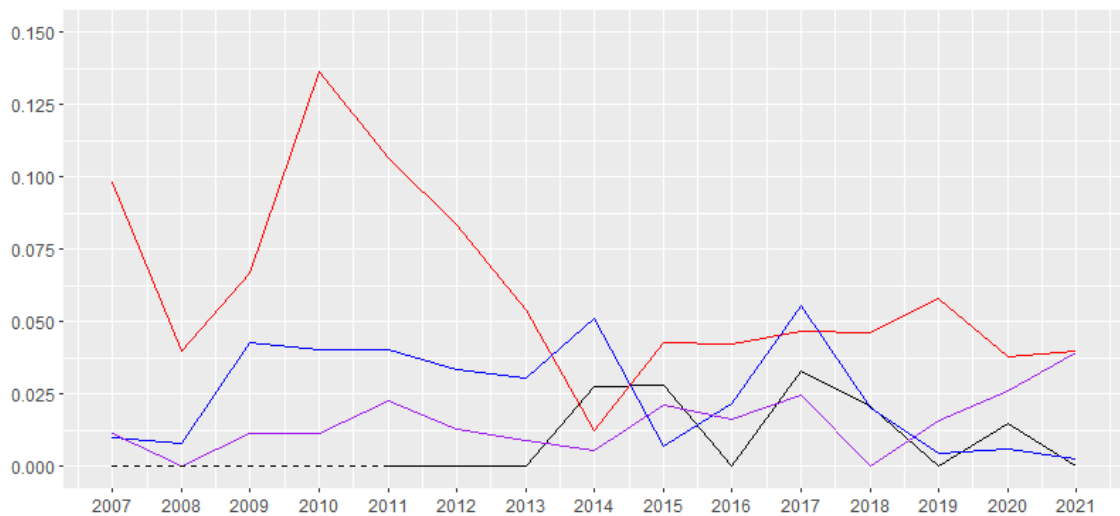
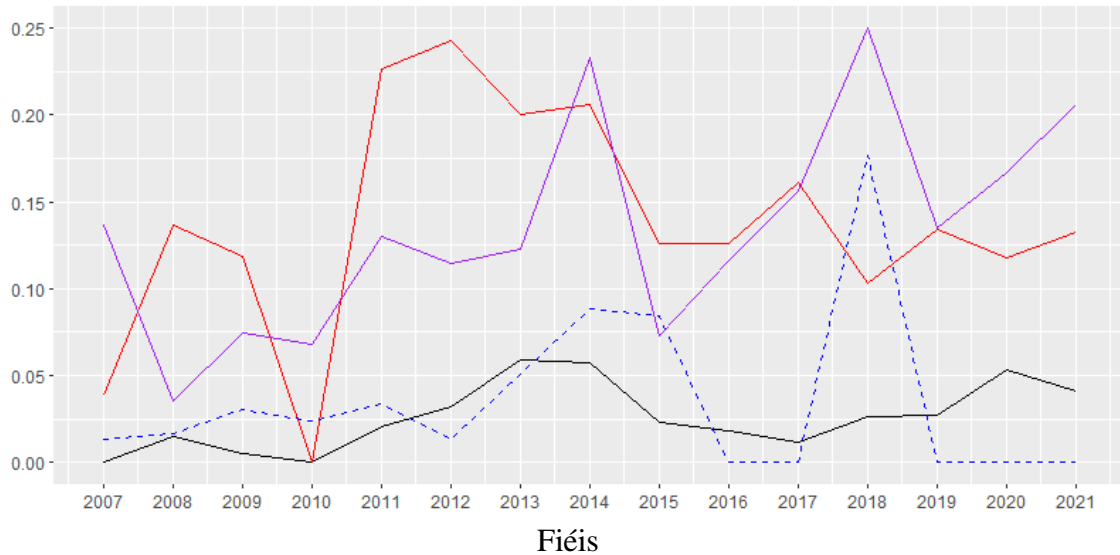
Além disso, é possível que o comportamento dos grupos seja diferente dentro das comissões da Câmara, o que não é incluído no trabalho.

Os resultados parecem apontar no mesmo caminho que Gonçalves (2011), que, estudando discursos dos deputados evangélicos, percebeu temas caros a eles, mas que estes utilizavam seus tempos de oratória para discutir assuntos políticos correntes, majoritariamente. A ressalva a esse ponto é que o autor estava analisando a legislatura de 2003 a 2006, que é a legislatura justamente anterior ao início do espaço temporal deste trabalho. O resultado também se alinha com a conclusão do autor de que o discurso de deputados evangélicos não é muito diferente do discurso político tradicional, pois nenhum grupo estudado teve resultado extraordinário, em relação aos partidos políticos.

Também é possível se perguntar até que ponto a metodologia mostra acurácia nos resultados, por não levar em conta os significados por trás das palavras. De qualquer forma, ela indica que as atuações dos deputados são mais complexas do que se espera, pois os discursos de alguns grupos se associam, com os da esquerda. Não é possível, porém, afirmar que tal grupo é de esquerda ou direita, com base nessa metodologia, mas o *wordscore* mostra que há similaridades nos discursos de uma gama de grupos desta religião com de partidos de esquerda.

### 4.3 Onda Conservadora

Gráficos 2 - Evolução Anual dos Discursos de Temática Religiosa por Grupo Clero



— Assembleia de Deus — Universal — Outras Pentecostais — Históricas

Legenda: Gráficos 2: Quantidade relativa de discursos enquadrados como sendo de temática Religiosa entre os cleros e entre os fiéis. Em vermelho está representada a Assembleia de Deus, em preto a Universal, em roxo as demais pentecostais e em azul, as igrejas evangélicas históricas. Como indicado anteriormente, o clero das igrejas evangélicas históricas não foi levado em conta, apesar de ser apresentado, assim como o grupo de fiéis da Universal, até 2011.

Fonte: O autor, 2022.

Voltando a utilizar a metodologia chamada de “caixa fechada”, por contar os temas dos discursos de forma individual, os Gráficos 2 mostram a evolução da abordagem do tema religioso nos discursos dos cleros e dos fiéis. O primeiro ponto que chama atenção, entre eles,

é a escala. Os pastores-deputados adotam, consistentemente, uma centralidade religiosa em seus discursos maior do que suas contrapartes de fiéis, principalmente após 2010, no caso da Assembleia de Deus.

Entre os cleros, é possível observar uma atuação com dimensão parecida, ao longo do tempo, da Assembleia de Deus e do grupo das outras pentecostais, com os membros da AD dando mais ênfase ao tema, mas seguidos de perto pelo segundo grupo que, por vezes, é ele mesmo, o que mais aborda a temática. Também é constante a posição da Universal, em último da escala. Além disso, chama atenção não haver, neste grupo, grandes picos ou vales ao longo do tempo, o que indica uma atuação mais constante e padronizada no espectro temporal. Nos três grupos, é possível ver um aumento dos discursos em 2011, ano em que parte dos deputados evangélicos rompe com o PT por causa de posições comportamentais da então recém-eleita Dilma Rousseff, além da frustração na distribuição de cargos (CUNHA, LOPES e LUI, 2017). Mesmo o clero da Universal, que continuou base do governo, também teve aumento relativo nesses discursos.

É interessante notar uma concentração dos discursos na primeira metade da década de 2010, além do ano já citado. Na época, pautas comportamentais estavam inquietando deputados evangélicos de oposição, o que culminou com a negociação do governo em passar a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara dos Deputados para o PSC, em 2013, um cargo que historicamente foi ocupado por deputados filiados a partidos de esquerda, mas que passou a ser ocupada pelo pastor-deputado Marco Feliciano. A partir de então, a comissão agiu no sentido de tentar restringir a moralidade liberal, submetendo-a à moralidade cristã (ALMEIDA, 2017). Naquele ano foram discutidos o Estatuto da Família, o Projeto de Cura Gay e o Estatuto do Nascituro. Depois desse período, o número relativo de discursos com teor religioso do clero da AD reduziu consideravelmente, sendo superado pelo clero do grupo de outras igrejas pentecostais em anos posteriores.

No caso dos fiéis das igrejas, o gráfico mostra dois casos opostos até 2013. O grupo da Assembleia de Deus era, até o ano, o que mais abordava o tema Religião, sem contestação, depois passou a se comportar de forma mais parecida com os demais grupos, apesar de, consistentemente, ainda ser o que mais tratou o tema. Até esse ano, também, os fiéis da

Universal não proferiram sequer uma vez discurso enquadrado como religioso<sup>20</sup>. Em três dos oito anos seguintes, o padrão voltou a se repetir. Não é intuitivo o motivo desses padrões terem acontecido até 2013, mas certamente os resultados agregados, que serão apresentados a seguir, foram, em grande medida, afetados por isso.

De qualquer forma, a associação mais direta do movimento nos discursos dos cleros com eventos da política nacional, ao longo do tempo, em comparação aos fiéis, pode indicar que o primeiro tem mais facilidade de se organizar como um grupo de pressão coeso, dentro da Câmara. A seguir serão apresentados todos os resultados, divididos por legislaturas.

Tabela 8 - Resultados da Metodologia da “Caixa Fechada” por Legislatura - Geral

Grupo	2007-2010	2011-2014	2015-2018	2019-2021*
<i>Temática Religiosa</i>				
Evangélicos	0,0284	0,0560	0,0511	0,0518
Não-Evangélicos	0,0096	0,0082	0,0059	0,0035
FPE‡	--	--	0,0185	0,0242
<b>Todos os Deputados</b>	0,0105	0,0136	0,0105	0,0081
<i>Temática do Esforço Pessoal</i>				
Evangélicos	0,0730	0,0726	0,0611	0,0434
Não-Evangélicos	0,1026	0,0958	0,0788	0,0590
FPE‡	--	--	0,0692	0,0577
<b>Todos os Deputados</b>	0,1010	0,0931	0,0769	0,0574
<i>Temática do Punitivismo</i>				
Evangélicos	0,2427	0,2340	0,2192	0,1529
Não-Evangélicos	0,1924	0,2031	0,1865	0,1469
FPE‡	--	--	0,1978	0,1483
<b>Todos os Deputados</b>	0,1949	0,2067	0,1898	0,1474

Legenda: Tabela 8: Resultados para a metodologia "caixa fechada", subdividido por legislatura, para os elementos que compõem a onda conservadora. ‡Categoria com abrangência temporal abrangendo os anos entre 2015 e 2021. \*56ª Legislatura incompleta, apenas os três primeiros anos.

Fonte: O autor, 2022.

20 A base de dados foi revista, para se checar se o padrão se tratava de um erro, mas não foi o caso. Os discursos desse grupo estavam sendo enquadrados em outros temas, ou não enquadrados.



Como os gráficos já indicavam, houve, entre evangélicos, um aumento do discurso com religioso durante a 54ª Legislatura, entre 2011 e 2014. Esse aumento teve especial ênfase nos grupos clericais, como será visto (Tabela 9). Ao mesmo tempo, há uma diminuição das falas enquadradas nessa categoria pelos deputados não-evangélicos (p-valor = 0,0004). Na maioria dos grupos essa legislatura marcou o pico de falas nessa temática, com indicação de resultados menores nas legislaturas posteriores. Esse movimento pode ser um reflexo da chamada onda conservadora, indicada na literatura.

Na temática de Esforço Pessoal, tanto os grupos evangélicos como os não-evangélicos mantiveram estabilidade entre 2007 e 2014 (p-valor  $\approx$  0,00), com diminuição de falas nesse sentido nas duas legislaturas posteriores. Assim, não há indício de “conservadorização”, ao menos nesse tema, durante o período. A mesma análise pode ser feita para a categoria Punitivismo, manutenção geral entre as legislaturas de 2007-2010 e 2011-2014, entre evangélicos e não-evangélicos, e posterior queda. Os resultados poderão ser vistos em mais detalhes nas tabelas seguintes.

Tabela 9 - Resultados da Metodologia da “Caixa Fechada” por Legislatura – Fiéis

Grupo	2007-2010	2011-2014	2015-2018	2019-2021*
<i>Temática Religiosa</i>				
Fiéis IURD <sup>‡</sup>	--	0,0049	0,0224	0,0057
Fiéis AD	0,0774	0,0680	0,0442	0,0483
Fiéis Históricas	0,0203	0,0377	0,0264	0,0042
Fiéis Outras Pentecostais	0,0095	0,0140	0,0191	0,0251
<b>Todos os Fiéis</b>	<b>0,0213</b>	<b>0,0325</b>	<b>0,0304</b>	<b>0,0186</b>
<i>Temática do Esforço Pessoal</i>				
Fiéis IURD <sup>‡</sup>	--	0,0537	0,0399	0,0862
Fiéis AD	0,0417	0,0887	0,0558	0,0260
Fiéis Históricas	0,0704	0,1101	0,0501	0,0567
Fiéis Outras Pentecostais	0,0773	0,0558	0,0811	0,0406
<b>Todos os Fiéis</b>	<b>0,0705</b>	<b>0,0822</b>	<b>0,0594</b>	<b>0,0485</b>
<i>Temática do Punitivismo</i>				
Fiéis IURD <sup>‡</sup>	--	0,4829	0,3466	0,2069
Fiéis AD	0,4226	0,2175	0,2175	0,1691
Fiéis Históricas	0,1925	0,1904	0,2266	0,1455
Fiéis Outras Pentecostais	0,2592	0,1844	0,1745	0,1431
<b>Todos os Fiéis</b>	<b>0,2493</b>	<b>0,2067</b>	<b>0,2238</b>	<b>0,1547</b>

Legenda: Tabela 9 - Resultados para a metodologia "caixa fechada", subdividido por legislatura, para os elementos que compõem a onda conservadora. ‡Categoria com abrangência temporal reduzida, contando apenas entre 2011 e 2021. \*56ª Legislatura incompleta, apenas os três primeiros anos. Fonte: O autor, 2022.

Entre os fiéis, o pico de temática Religiosa entre 2011 e 2014 só acontece para aqueles seguidores das igrejas históricas. Em todos os outros grupos, seus picos se dão em outros períodos temporais, reforçando que a onda conservadora foi puxada pelos pastores-deputados das igrejas, não pelos fiéis. Ainda assim, houve aumento de mais de 50% em relação ao período anterior, com quase estabilidade no período seguinte.

No que concerne Esforço Pessoal, também há um pico, entre fiéis, no período temporal de interesse, com diferença de que o aumento em relação ao período anterior foi menor, havendo subsequente queda. Esse aumento veio principalmente pela atuação dos

deputados fiéis da AD e de igrejas evangélicas históricas. Por fim, no Punitivismo, contra intuitivamente houve queda no período entre 2011 e 2014, seguido de aumento.

Tabela 10 - Resultados da Metodologia da “Caixa Fechada” por Legislatura – Clero

Grupo	2007-2010	2011-2014	2015-2018	2019-2021*
<i>Temática Religiosa</i>				
Clero IURD	0,0071	0,0364	0,0189	0,0399
Clero AD	0,0833	0,2227	0,1341	0,1314
Clero Outras Pentecostais	0,0862	0,1289	0,1185	0,1630
<b>Todos os Cleros</b>	<b>0,0357</b>	<b>0,1063</b>	<b>0,0892</b>	<b>0,1102</b>
<i>Temática do Esforço Pessoal</i>				
Clero IURD	0,0713	0,0792	0,1140	0,0332
Clero AD	0,1167	0,0578	0,0497	0,0371
Clero Outras Pentecostais	0,0466	0,0557	0,0357	0,0217
<b>Todos os Cleros</b>	<b>0,0754</b>	<b>0,0519</b>	<b>0,0642</b>	<b>0,0343</b>
<i>Temática do Punitivismo</i>				
Clero IURD	0,1996	0,3084	0,2625	0,1395
Clero AD	0,2042	0,1478	0,1424	0,1472
Clero Outras Pentecostais	0,3491	0,3013	0,1744	0,1847
<b>Todos os Cleros</b>	<b>0,2358</b>	<b>0,2925</b>	<b>0,2107</b>	<b>0,1496</b>

Legenda: Tabela 10 - Resultados para a metodologia "caixa fechada", subdividido por legislatura, para os elementos que compõem a onda conservadora. \*56ª Legislatura incompleta, apenas os três primeiros anos. Fonte: O autor, 2022.

A Tabela 10 finalmente evidencia os dados dos cleros, mostrando um aumento de quase 300% de falas com teor religioso entre o primeiro e o segundo períodos estudados. Curiosamente este período não é o pico da amostra, que se encontra entre 2019 e 2021. A tabela também mostra diminuição no Esforço Pessoal, puxado pelo clero da AD, e aumento no Punitivismo, tendo, este, o pico na amostra. É interessante constatar que esse aumento do discurso com teor punitivista entre o clero é contrabalanceado pela diminuição desse discurso entre os fiéis, o que resulta numa estabilidade geral entre os evangélicos no tema entre os períodos (p-valor  $\approx 0,00$ ).

Os resultados mostram a existência parcial da onda conservadora na primeira metade da década de 2010, pois os discursos com teor religioso tiveram forte crescimento. Olhando os dados em detalhes, é possível notar que o movimento foi mais forte entre os pastores-deputados, que também passaram a falar mais sobre punitivismo. Dos três temas estudados, apenas o Esforço Pessoal não cresceu durante o período. Em contrapartida, os fiéis aumentaram suas falas no tema, mas contrabalancearam o aumento do clero no tema do punitivismo. Sendo assim, os dados mostram, em parte, a onda conservadora acontecendo em plenário, o que a literatura havia constatado em comissões especializadas.

#### **4.4 Frente Parlamentar Evangélica**

Os resultados do que concerne a hipótese da Frente Parlamentar Evangélica se encontram na Tabela 8, apresentada anteriormente. Por ela, comparando seus membros com os deputados evangélicos, podemos constatar que os que compõem a Frente tiveram menos da metade dos discursos relativos enquadrados na temática Religião, nas duas legislaturas nas quais as comparações são possíveis.

Em contrapartida, sua atuação no que concerne o Esforço Pessoal é mais forte do que dos religiosos, tendo um comportamento, inclusive, mais próximo dos deputados não-evangélicos na última legislatura. Isso pode ter acontecido por conta da grande quantidade de deputados de outras fés dentro da FPE. Com significância estatística de 1% (p-valor = 0,0064), os evangélicos se mostraram mais punitivistas que os membros da Frente, que, por sua vez, ficaram à frente dos não-evangélicos (p-valor  $\approx 0,00$ ) entre 2015 e 2021.

Sendo assim, se constata que a FPE não é uma boa *proxy*, ao menos nesses temas, para se tratar dos deputados evangélicos, pois se encontra, em todos eles, em um meio termo entre

os que são seguidores da religião e os que não são, sendo que na última legislatura, nas categorias de Esforço Pessoal e Punitivismo, os componentes da FPE se comportaram de forma muito parecida com os não-evangélicos.

## CONCLUSÃO

Esta dissertação empírica visou testar hipóteses correntes na literatura através da análise do conteúdo do discurso de deputadas e deputados federais, fiéis e clérigos evangélicos, na Câmara dos Deputados. As quatro hipóteses testadas para este grupo, dentro do espaço temporal de 2007 a 2021, foram; se houveram discursos carregados de temáticas específicas; se houve alinhamento ideológico com a direita política; se participaram de um processo de “*conservadorização*” da Câmara na primeira metade da década de 2010 e, por fim, se a análise da Frente Parlamentar Evangélica é um bom parâmetro para se estudar evangélicos na Casa.

Para testar as hipóteses e levar em conta a heterogeneidade do agrupamento evangélico, este foi subdividido entre membros do clero ou fiéis das duas igrejas com maior representação na Câmara, Igreja Universal do Reino de Deus e Assembleia de Deus. A título de controle, além das duas igrejas, outros dois grupos também tiveram seus representantes na Câmara divididos entre fiéis e clero; igrejas pentecostais, que não IURD e AD, e igrejas históricas

Primeiramente o trabalho procurou identificar se, e quais, subgrupos evangélicos apresentaram discurso religioso, pró-meritocracia e punitivista no plenário da Câmara dos Deputados. Os três temas foram indicados pela literatura como fazendo parte do *modus operandi* de evangélicos no Congresso. Os resultados confirmaram dois dentre estas três inferências. Mostrou-se que o pastores-deputados falam mais sobre religião do que fiéis, mas que mesmo estes utilizam mais palavras de cunho religioso em suas falas do que deputados não-evangélicos. Na temática punitivista, faceta do conservadorismo, apenas um grupo, o dos pastores-deputados pertencentes a igrejas pentecostais, que não a Assembleia de Deus ou Universal, se mostrou menos conservadora do que os deputados não-evangélicos. Já no que concerne a meritocracia, o resultado foi contrário à literatura, com deputados evangélicos defendendo menos o tema do que suas contra-partes de outras religiões. Alguns dos resultados sugeriram existência de características únicas da Assembleia de Deus e da Universal, previamente apontados na literatura.

Em seguida, os resultados sobre a hipótese do alinhamento do grupo com a direita política seguiram o que foi constatado por Gonçalves (2011). A distribuição dos subgrupos no eixo ideológico, com base nos seus discursos, mostrou que o comportamento dos evangélicos não é extraordinário ao que acontece na Casa. Eles se enquadraram, em maioria, no centro e

no “centrão”, o que indica que, apesar de terem pontos caros, estes deputados discutem, majoritariamente, as pautas cotidianas, sem muita carga ideológica em todos os debates. Os resultados indicam que a atuação dos evangélicos no Congresso é heterogênea e complexa.

No teste da terceira hipótese, averiguou-se a existência de uma onda conservadora, apontada por Almeida (2017), no plenário da Casa. De fato, os resultados mostraram que houve um aumento dos discursos de teor religioso entre 2011 e 2014 entre todos os evangélicos, o que não se constatou para os outros temas estudados. Porém, um olhar aprofundado nos dados dos cleros mostra que o discurso Punitivista também teve grande aumento, contrabalanceado por uma diminuição das falas desse tema pelos fiéis. Isso significa que, apesar de os dados gerais esconderem, houve sim uma onda conservadora capitaneada pela liderança das igrejas evangélicas na Câmara.

Por fim, os resultados mostraram que a utilização da Frente Parlamentar Evangélica como uma *proxy* para deputados evangélicos não é acurada, já que os discursos dos membros da FPE se encontram num meio-termo entre os dos evangélicos e dos não-evangélicos na temática da Religião, sendo mais parecido com dos não-evangélicos nos temas de Esforço Pessoal e Punitivismo.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada – evangélicos e conservadorismo. Cadernos Pagu, n.50, 2017
- CERQUEIRA, Claudia. Igreja Como Partido: a relação entre a Igreja Universal do Reino de Deus e o Republicanos. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 36, n.107, 2021
- CERQUEIRA, Claudia. Igreja Como Partido: Capacidade de Coordenação Eleitoral da Igreja Universal do Reino de Deus, FGV-SP, tese de doutorado em administração pública e governo, 2017
- CORREA, Marina A. O. S. A Operação do Carisma e o Exercício do Poder: A lógica dos ministérios das igrejas Assembleias de Deus no Brasil, PUC-SP, tese de doutorado em ciências da religião, 2012
- CONRADO, Flávio Cesar dos Santos. Cidadãos do Reino de Deus: Representações, Práticas e Estratégias Eleitorais. Um estudo da “Folha Universal” nas eleições de 1998, UFRJ, dissertação de mestrado em sociologia e antropologia, 2000
- COSTA, Emerson Roberto. República Federativa Evangélica: uma análise de gênero sobre a laicidade no Brasil a partir da atuação dos/as parlamentares evangélicos/as no Congresso Nacional no exercício da 54ª Legislatura, Universidade Metodista de São Paulo, tese de doutorado em ciências da religião, 2016
- CUNHA, Christina Vita da; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições de 2014. Fundação Heinrich Böll Brasil & Instituto de Estudos da Religião (ISER), 2017
- d’AVILA, Edson. Assembleia de Deus no Brasil e a política: uma leitura a partir do Mensageiro da paz, Universidade Metodista de São Paulo, dissertação de mestrado em ciências da religião, 2006
- DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. Religião e Política: ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal, PUC-SP, tese de doutorado em psicologia social, 2011
- DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2007-2011, 2006
- DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2011-2015, 2010
- DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019, 2014
- DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2019-2023, 2018



FERNANDES, Rubem C. em ANTONIAZZI et al. Nem Anjos Nem Demônios: Interpretações sociológicas do Pentecostalismo. Vozes, 1994

FERNANDES, Rubem C. et al. Novo Nascimento: Os Evangélicos em Casa, na Igreja e na Política. Mauad, 1998

FRESTON, Paul. Protestantismo e política no Brasil: Da Constituinte ao impeachment, IFCH - Unicamp, tese de doutorado em ciências sociais, 1993

FRESTON, Paul em ANTONIAZZI et al. Nem Anjos Nem Demônios: Interpretações sociológicas do Pentecostalismo. Vozes, 1994

GONÇALVES, Rafael Bruno. “Bancada Evangélica?”: uma análise do discurso parlamentar evangélico durante a 52ª Legislatura da Câmara Federal, UFPEL, dissertação de mestrado em ciências sociais, 2011

GUARNIERI, Fernando; SALLES, Nara; SANTOS, Fabiano em BACK, Hanna; DEBUS, Marc; FERNANDES, Jorge M. (org.). The Politics of Legislative Debates, Oxford, 2021

GUTIERREZ, Carlos em ARAUJO, Melvina e CUNHA, Christina Vital da (org.). A Igreja Universal e o Partido Republicano Brasileiro: conflitos em torno do secularismo. Religião e Conflito, Prisma Editora, p. 63-75, 2016

IZUMI, Maurício; MOREIRA, Davi. O texto como dado: desafios e oportunidades para as ciências sociais. BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais, n.86, p. 138-174, 2018

IZUMI, Maurício. Foco ou diálogo? Uma análise quantitativa dos discursos dos senadores brasileiros, trabalho apresentado no V Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, 2015

MACHADO E ROCHA, Antonia Rozimar; DE SOUZA E SILVA, Francisco Samuel; ALVES BARRETO, Amanda. A Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional: Representatividade Política dos Evangélicos?. Inter-legere, v.4, n.32, 2021

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. Estudos Avançados, vol. 18, n. 52, 2004

MARTIN, Bernice. New Mutations of the Protestant Ethic among Latin Marican Pentecostals. Religion, v. 25, n. 2, p. 101-117, 1995

MOREIRA, Davi. Com a palavra os nobres deputados: frequência e ênfase temática dos discursos dos parlamentares brasileiros, USP, tese de doutorado em ciência política, 2016

NASCIMENTO, Gilberto. O Reino: A História de Edir Macedo e uma Radiografia da Igreja Universal. Versão digital. Companhia das Letras, 2019

ORO, Ari Pedro. A Política da Igreja Universal e seus Reflexos nos Campos Religiosos e Políticos Brasileiros. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 13, n. 53, p. 53-67, 2003a

ORO, Ari Pedro. Organização eclesial e eficácia política: O caso da Igreja Universal do Reino de Deus. Civitas - Revista de Ciências Sociais, vol. 3, n. 1, p. 97-109, 2003b

PINHEIRO, Amanda Nunes. A Atuação dos membros da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional: representação legítima do eleitorado ou afronta à laicidade do Estado?. *Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões* v. 5, n.3, p.71-87, 2017

REIS, Livia; CUNHA, Magali; PESTANA, Matheus; ABREU, Gabrielle. *Religião e Voto: uma fotografia das candidaturas com identidade religiosa nas eleições 2020*. ISER, 2022

RIBEIRO, Pedro Floriano; FABRE, Elodie. Multilevel party organizations in a fragmented presidential system: the case of Brazil. *Regional and Federal Studies*, vol. 30, n.4, p.525-555, 2020.

RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo; CERVI, Emerson Urizzi. Evangélicos e voto legislativo: Diversidade confessional e voto em deputados da bancada evangélica no Brasil. *Latin American Research Review*, v.54, n.3, p.560-573, 2013

SANTOS, Rodrigo; SAMPAIO, Thiago. Análise do Comportamento da Frente Parlamentar Evangélica no Brasil (2011-2015). *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 6, n.2, p.200-2021, 2015

SERRANO, Rodrigo Fagundes Luz. *Evangélicos no Congresso: uma análise da atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados durante a 55ª Legislatura (2015-2019)*, UFPB, dissertação de mestrado em ciência política, 2020

SMITH, Amy Erica. *Religion and Brazilian Democracy: Mobilizing the People of God*. Cambridge University Press, 2019

VALLE, Vinicius Saragiotto Magalhães. *Direita religiosa e partidos políticos no Brasil: os casos do PRB e do PSC*. *Teoria e Cultura*, v.13, n.2, 2018

TREVISAN, Janine. *A Frente Parlamentar Evangélica: Força política no estado laico brasileiro*. *Numen: revista de estudos e pesquisa da religião*, v.16, n.1, 2013

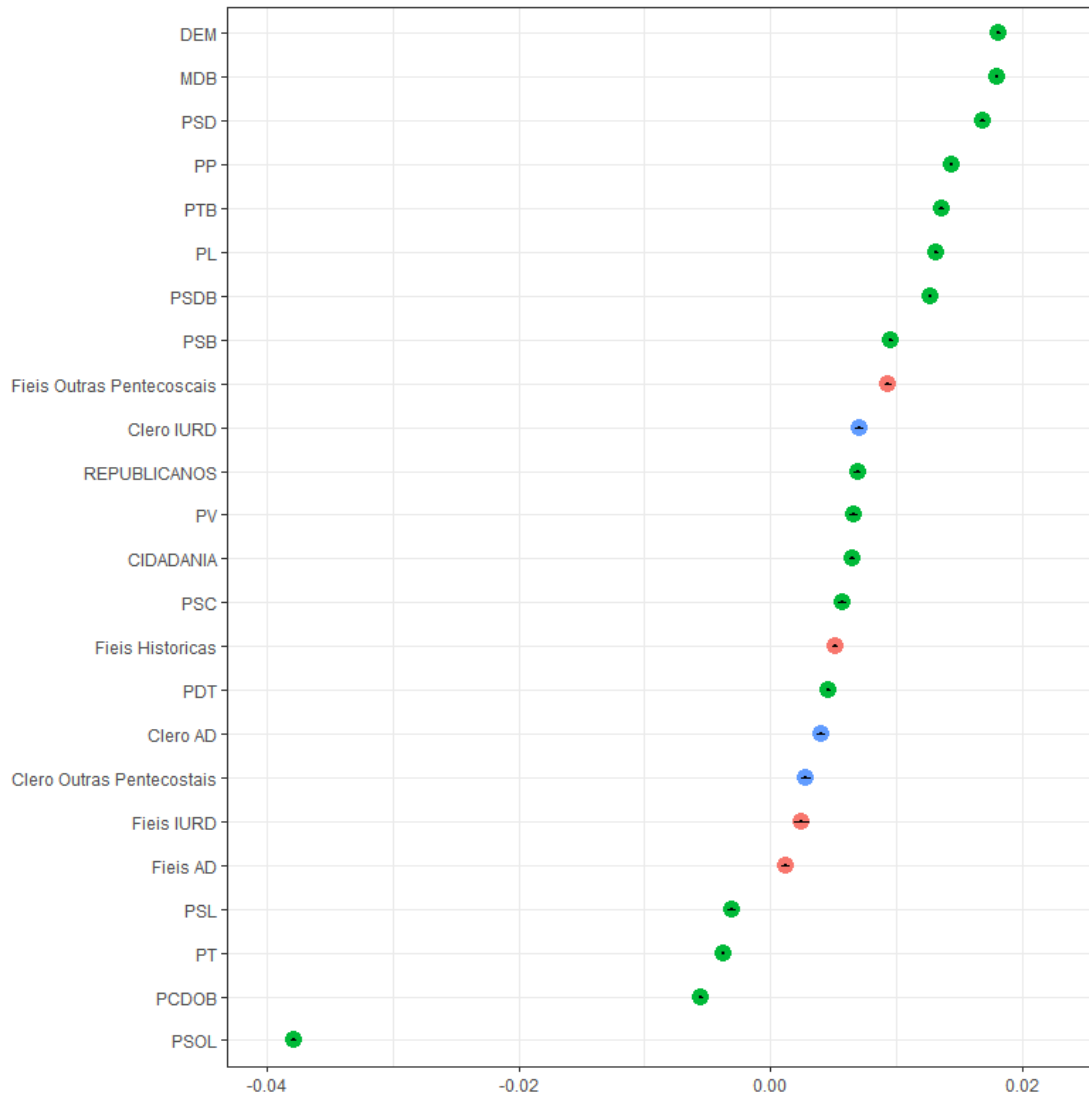
ZUCCO, Cesar; POWER, Timothy J. Fragmentations Without Cleavages? Endogenous Fractionalization in the Brazilian Party System. *Comparative Politics*, v. 53, n.3, p.477-500, 2021

**APÊNDICE A** – Registro da Quantidade de Discursos Tratados Após os Ajustes

Passo	Observação	Número de Discursos Disponíveis após o Passo
1	Discursos identificados com pelo menos 700 caracteres.	236 mil
2	Eliminados os discursos proferidos por deputados eleitos por suplência.	208 mil
3	Após processo de <i>stemming</i> , eliminados os discursos com menos de 100 caracteres.	202 mil

Fonte: O autor, 2022.

## APÊNDICE B – Wordcore com PSOL como Referência



Fonte: O autor, 2022.